

SESSÕES DO PLENÁRIO

108ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 21/10/2015.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão

do dia 13/10/2015.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 05, 19 e 27/10/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há sobre a mesa um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, propondo, após o encerramento desta, uma sessão extraordinária com o objetivo de apreciar os projetos de lei nºs 21.502/2015 e 21.474/2015.

Srs. Deputados, estamos nomeando uma comissão suprapartidária – se houver algum Sr. Deputado que queria participar é só se inscrever voluntariamente – para visitar 2 estados, a fim de verificar como foi feita a incorporação do TCM ao TCE.

Será uma comissão composta por Srs. Deputados, todos voluntários. O presidente da comissão será o deputado Paulo Rangel, porque foi ele quem apresentou emenda constitucional nesse sentido há 7 anos. Os deputados Leur Lomanto Júnior, Nelson Leal, Alan Sanches, Aderbal Fulco Caldas, Ivana Bastos e a deputada Luiza Maia, se tiver interesse em acompanhar a deputada Ivana Bastos, como representantes femininas. O deputado Luciano Simões Filho demonstrou interesse em participar e o deputado Marquinho também quer ir.

Sugiro um estado onde o TCM foi extinto na Constituinte de 1988 e o outro, Amazonas, em que o processo se deu após a Constituição. Para informar a V.Ex^{as}, só há 4 estados no Brasil que têm Tribunal de Contas dos Municípios. A comissão suprapartidária trará subsídios, positivos ou negativos, para que seja elaborada a emenda constitucional. A preferência da emenda é do deputado Paulo Rangel, porque ele a apresentou há uns 6 ou 7 anos, mas qualquer um poderá fazê-lo.

Vou repetir os membros: deputados Paulo Rangel, Leur Lomanto Júnior, Nelson Leal, Alan Sanches, Aderbal Fulco Caldas, Ivana Bastos, Luciano Simões Filho e Marquinho Viana. O funcionário desta Casa Geraldo Mascarenhas acompanhará os Srs. Deputados, por ter experiência em elaboração de projetos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Exm^o Sr. Presidente desta Casa, a minha questão de ordem é para indagar V.Ex^a sobre a motivação dessa iniciativa de, agora, querer-se extinguir o tribunal, e não tenho nenhum amor pelo TCE ou TCM. Sou crítico ferrenho, sempre fui, um dos meus primeiros pronunciamentos nesta Casa, em 1995, foi para dizer que o TCM, na verdade, significava “Tribunal Carlista dos Municípios”. Em outro discurso, eu disse que o Tribunal de Contas dos Municípios, na verdade, era um cemitério de políticos aposentados das urnas, do carlismo.

Quero dizer a V.Ex^a que depois de tanto tempo passado, vejo que só mudou o lado. Quem indicava era o carlismo, e o nome aprovado por esta Assembleia

Legislativa; hoje quem indica são os sucessores do carlismo, e os indicados são homologados por esta mesma Assembleia Legislativa. O que quero saber é o objetivo disso e antecipar a esta Casa, a V.Ex^a e a todos os que me ouvem que dificilmente isto terá o meu voto, a não ser que seja, não para incorporar, mas para acabar com todos os cargos do Tribunal de Contas dos Municípios para, realmente, haver economia, porque só economia pode justificar acabar-se com o Tribunal de Contas dos Municípios.

As atribuições do Tribunal de Contas dos Municípios estão previstas nas Constituições estadual e federal. O que nós precisamos é buscar fazer com que os Tribunais cumpram com o seu dever constitucional. Essa coisa de agregar, acabar o TCM e incorporá-lo ao TCE e, na verdade, continuar tudo como dantes no quartel de Abrantes, eu não estou entendendo, excelência. Por isso é que rogo a V.Ex^a, se for o caso, se V.Ex^a puder, dizer o que foi que deu ensejo, o que foi que mudou. Esta Casa que teve a coragem de votar para o Tribunal de Contas dos Municípios alguém que eu denunciei aqui que não tinha estatura pessoal, envergadura moral, para tomar assento como conselheiro no TCM que foi o ex-deputado federal Mário Negromonte. E esta Casa votou. Esta Casa, em tempo algum – seja ontem quando V.Ex^a conosco era oposição ou nos dias de hoje –, nos dias hodiernos, nunca quis avaliar tecnicamente aqueles indicados para os Conselhos dos Tribunais de Contas, tanto do Estado, quanto do Município. O juízo aqui, na verdade, é só de interesse político, conveniência e oportunidade.

Então o que eu quero saber de V.Ex^a é... Estou fugindo de polêmica como o diabo foge da cruz, excelência. Agora, eu quero fazer essa discussão dali.

Tenho autoridade para dizer assim: Eu nunca visitei os corredores, os gabinetes dos Tribunais. Eu não sei nem como é aquele negócio por dentro. Por pior que seja aquele Tribunal de Contas dos Municípios, e é muito ruim, porque nós temos sido tolerantes com a ruindade dos Tribunais, mas por pior que seja ele, para os prefeitos que estão dispostos e com muita gula pelo dinheiro publico, para esses prefeitos, com a ausência do Tribunal ficarão ainda muito piores, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Tragino Machado, vou começar a responder a sua pergunta pelo final.

Este Plenário indicou diversos conselheiros: o conselheiro Marcus Presídio foi indicação da Casa; o conselheiro João Bonfim foi indicação da Casa; o conselheiro Gildásio Penedo foi indicação da Casa. O conselheiro Mário Negromonte foi indicação do governador porque era uma vaga de atribuição do governador do Estado e foi aprovado por esse Plenário. Então quero dizer a V.Ex^a, sem entrar no mérito da sua questão, não falo pelo passado, mas falo por hoje, que esta Casa tem-se posicionado na indicação dos seus conselheiros.

Com relação à incorporação do Tribunal de Contas, em nenhum momento, o presidente da Assembleia defendeu a incorporação ou extinção do TCM, aliás, eu nem posso, porque eu seria o magistrado da votação. Simplesmente, vários deputados, eu diria mais de 70% dos deputados, procuraram-me pedindo que fizéssemos a discussão

política sobre a incorporação do Tribunal, e este é o local exato do debate e da discussão da incorporação do TCM. V.Ex^a foi feliz que vai discutir, vai debater.

Eu não vi um único deputado defender a incorporação de público. Eu vi dois deputados defenderem a não incorporação, é um direito dos parlamentares.

Eu só quero dizer a V.Ex^a que a função do presidente é colocar o debate na Casa e o debate é neste plenário, e ele será debatido. Se vai ser aprovado ou não aprovado, compete a V.Ex^{as}. É uma Emenda Constitucional que tem que ter 3/5. O que vou fazer, como presidente, é colocar o debate na Casa. E, para começar um debate sério, um debate imparcial, estamos mandando uma comissão estudar em outros estados. Repito, só há quatro estados no Brasil que possuem TCM. Então, se os outros estados não têm...

O Sr. Targino Machado:- Isso não é de hoje, não é, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, mas, veja bem, estou levantando o debate. E V.Ex^a foi feliz quando disse que queria debater. A Casa vai debater, vai discutir, vai aprovar ou reprovar. Agora, vamos fazer o debate, porque, repito, mais de 70% dos parlamentares que compõem esta Casa me procuraram pedindo que fizéssemos o debate. E nós vamos fazer o debate.

Agora, se vai ser incorporado, se vai ser fundido, se vai ser extinto, compete aos 62 parlamentares, porque o único que não vota é este presidente. Realmente, se for dada entrada nessa Emenda Constitucional, este presidente vai colocar para o debate no Parlamento baiano.

Portanto, espero ter respondido a indagação de S.Ex^a.

O Sr. Targino Machado:- Concede-me, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Targino Machado:- Só para dizer a V.Ex^a que nós políticos precisamos ter muito cuidado, porque, infelizmente, o que vale é o que é veiculado. Ninguém está disposto a ler muito, a entender muito as coisas, a examinar o cerne das questões, mas o que se diz nos corredores desta Casa não é isso o que V.Ex^a falou aqui. E não vi ainda maioria folgada aqui nesta Casa defendendo o Tribunal de Contas. Poucos têm coragem de falar, mas o que tenho ouvido aqui nesta Casa, já ouvi hoje aqui neste plenário, ouvi no restaurante e tenho ouvido é que isso é motivado por pedidos não atendidos ao Tribunal de Contas. Conselheiros que sequer estão atendendo telefonemas de deputados e marcando audiência para deputado levar os seus pedidos.

Excelência, precisamos tomar cuidado, porque a mulher de César não bastava ser séria, ela precisava parecer séria. Nesse quadrante da vida pública, nesse momento difícil da política nacional, não podemos ser acometidos dessa amnésia e achar que o povo lá fora vai entender que só enxergamos agora, neste momento, que existem somente quatro Tribunais de Contas dos Municípios no Brasil.

Acho válida a justificativa de V.Ex^a, embora não a tenha pedido, pedi que V.Ex^a trouxesse para mim qual era a justificativa daqueles que estão pugnando pela extinção do Tribunal de Contas dos Municípios. Encerrando a minha participação por hoje,

quero dizer a V.Ex^a que se for para, de fato, acabar com o Tribunal de Contas dos Municípios e transferir as suas competências para o Tribunal de Contas do Estado, acabando com os cargos desses conselheiros todos, trazendo economia para o município, votarei. Mas, se for para fazer de conta que acabou com o Tribunal de Contas, não. Muitos aqui têm me dito que os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado não têm nada para fazer e que poderiam absorver, tranquilamente, as competências do Tribunal de Contas dos Municípios. Aí, sim, se a tese for essa estarei disposto a defender a extinção do Tribunal de Contas. Agora, para continuar tudo como Dantes no Quartel de Abrantes, todo mundo recebendo dinheiro do Estado, botando no bolso, com aposentadoria, com vitaliciedade, com cargo, com isso, com aquilo, se for para isso eu estou fora, drogas eu estou fora. E concluo dizendo que esta Casa é testemunha, dos mais novos aos mais antigos, que tenho fugido de discussões, e não é porque não goste delas, é porque estou com a compreensão que não vale a pena brigar nem por governo nem por Oposição, porque tudo virou uma geleia real.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, para encerrar este assunto, quero dizer que é do perfil de V.Ex^a não ficar longe de um bom debate e V.Ex^a já levantou, apesar de dizer que não quer polêmica mas é do seu perfil. Segundo, esta Casa e o presidente não vão ser direcionados por rádio de corredor e não aceito que nenhum colega seja direcionado por rádio de corredor, que para mim é secundário. Acho que V.Ex^a foi infeliz quando começou o debate, quero que seja debatido e votado. A votação é aberta, se vai ser extinto, incorporado, qual é o meio, é problema dos deputados. Estou fazendo o meu papel quando nomeei uma comissão para estudar aqueles estados que tiveram a sua incorporação. Acho que o parlamento é o lugar das grandes discussões da política do nosso Estado. Aqui todos são livres para votar dentro da sua consciência, fruto do seu interesse ou da orientação do seu líder. O que o presidente vai fazer é levantar o debate porque acho que não é inoportuno, não existe inoportuno quando a coisa é positiva.

Quero dizer a V.Ex^a que nós, parlamentares, vamos fazer um bom debate. A votação é fruto de cada um. V.Ex^a não vai ouvir desse presidente se defende a incorporação, se defende a extinção ou se defende a manutenção. Estou defendendo o debate, repito, mais de '70' parlamentares me procuraram e solicitaram que esta Casa fizesse o debate e é isso que vamos fazer.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, me permita, serão 30 segundos. V.Ex^a acaba de dizer que mais de 70 deputados procuraram V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mais de 70%.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a se esqueceu do por cento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mais de 70% dos deputados me

procuraram. É óbvio que não vou citar nenhum nome aqui porque o voto é fruto do debate.

Os Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis. O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, aproveitando que estamos aqui debatendo, quero aproveitar a presença de V.Ex^a, do Líder do governo e do deputado Euclides Fernandes para saber do deputado se a lei que ele foi relator, que dispõe das emendas impositivas, será executada ou não. Acho sinceramente deputado Zé Neto, uma falta de respeito se aprovar uma lei e essa lei não ser cumprida pelo governo do Estado. No governo passado do ex-governador Jaques Wagner isso ocorreu. E a Casa em nenhum momento se manifestou para que essa lei fosse cumprida. Se for para aprovarmos lei aqui para só beneficiar o governo, é melhor fechar o parlamento e tornar a Assembleia uma secretaria de Estado porque isso aqui não é uma causa da Oposição, é dos 63 deputados. Amanhã ou depois muda o governo e nenhum governador vai se sentir na obrigação de cumprir a lei.

Acho uma vergonha para esta Casa aprovar uma lei e este parlamento não cobrar do governo do Estado o cumprimento desta lei. É uma prova de que este parlamento não é respeitado pelo governo do Estado.

Já estamos em novembro, e no próximo mês virá o Orçamento, mas até agora não foi cumprido 1% das emendas impositivas que esta Casa aprovou. Ou esta Casa e os 63 parlamentares se respeitam ou nenhum governador respeitará esta Casa.

Então, quero saber de V.Ex^a qual a postura adotada pelo Parlamento para o cumprimento da lei em relação às emendas impositivas?

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto. O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao deputado Sandro Régis, por quem tenho muita estima e respeito, que aproveitei os últimos dias e estive no Rio Grande do Sul. Estado pequeno, economia equilibrada, rico em cultura econômica e desenvolvimento econômico. E o que vi lá, conversando com algumas pessoas da política, é que, depois de vários meses, este mês se pagará o salário dos funcionários sem precisar dividir. Neste ano não houve aumento lá. Em nosso País, apenas quatro estados, até o mês passado, haviam dado reajustamento.

Concordo com V.Ex^a quando cobra ao governo um posicionamento acerca das emendas impositivas. Nós nos estaremos esforçando, como nos estamos esforçando, para apresentar uma solução. Esperávamos que fosse em setembro. Infelizmente, ainda estamos num esforço muito grande. Inclusive, quero até agradecer publicamente a V.Ex^a pela compreensão que a Oposição está tendo, não apenas com o governo, mas, também, com o momento político que estamos vivendo em nosso Estado, em nosso Parlamento. E isso tem sido muito bom para a Bahia, para o ambiente político que vivem a Bahia e todos os seus municípios.

Ainda hoje, pela manhã, estive com o governador, e lá encontrei o ex-

governador Paulo Souto, secretário de Finanças do Município de Salvador. O Município de Salvador, junto com governo do Estado, está fazendo um trabalho excepcional no Concilia.

Então, tudo isso demonstra que a cobrança que V.Ex^a faz tem sentido no momento em que precisamos dar uma resposta em relação à questão das emendas impositivas. Quero pedir a V.Ex^a, e à minha Base também, a quem eu tenho agradecido sempre a compreensão e a disposição que tem demonstrado nesses meses de muitas dificuldades que nós estamos vivendo... Graças a Deus, a Bahia as tem enfrentado. E digo a V.Ex^a que dentre os estados do Brasil, nós estamos entre os três em termos de equilíbrio fiscal e ajustes nas contas.

Isso não quer dizer que estamos com folga; ao contrário, precisamos de dinheiro para investimentos, para manter os investimentos já iniciados, especialmente algumas intervenções do ano passado. E o que estamos esperando do nosso governador é que, nos próximos dias, dê-nos uma posição, não apenas em relação à Bancada de governo, mas em relação a todos os deputados da Assembleia, acerca dessa situação, que precisa de uma resposta.

Peço um pouco de compreensão em função do momento econômico que estamos vivendo e do esforço que estamos fazendo para manter as contas equilibradas.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, nós, que somos autores da PEC, o que temos a dizer é que faz parte da Constituição Estadual. Não é uma lei comum, que está abaixo da lei Maior do Estado, que é a Constituição Estadual.

Sr. Presidente, entendemos as colocações do Líder da Maioria, Líder do governo nesta Casa de Leis, mas é bom que se coloque que se está inserida na Constituição Estadual é automática, evidentemente, a execução dessas emendas impositivas.

No ano passado, a Assembleia, os deputados não tiveram a condição de vê-las executadas, para que levassem algum benefício, alguma obra aos municípios do Estado da Bahia que os deputados aqui representam.

É lamentável sob todos os aspectos.

Peço com veemência ao Líder do governo, ao presidente do Poder Legislativo, deputado Marcelo Nilo, e ao Líder do governo, que representa a maioria nesta Casa, para dialogarem, conversarem com S.Ex^a, o governador Rui Costa, porque o ano está acabando, já estamos no mês de novembro. Se houver boa vontade por parte da Presidência desta Casa e do Líder da Maioria no diálogo, na conversa com o governador isso não precisará ir ao Poder Judiciário.

Entendemos que esta Casa tem o instrumento necessário e fundamental para fazer valer o dispositivo da Constituição que criou a emenda impositiva aqui, no

Estado da Bahia. O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto. O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, gostaria de me associar às palavras do deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, e do deputado Euclides Fernandes.

Esta Casa aprovou a emenda impositiva e, sem sombra de dúvida, foi um ganho muito grande para este Parlamento. Essa decisão que a Casa tomou, com autonomia, com independência, não foi da Bancada da Oposição nem da Bancada do governo, foi por unanimidade dos Srs. Parlamentares, que viram a necessidade de cada parlamentar poder ajudar aos municípios que representam.

Quero deixar bem claro que não estamos pedindo favor algum ao governo, deputado Zé Neto. Queremos que o governo cumpra com sua obrigação de pagar as emendas impositivas dos Srs. Parlamentares.

É triste ver o governo do Estado tratar dessa forma aos parlamentares desta Casa. Se existe uma lei, é para ser cumprida. Foi por isso que a Oposição entrou na Justiça. Já há um parecer favorável do Ministério Público, que entende que é direito dos parlamentares, já que esta lei foi aprovada por esta Casa. E é por isto que estamos lutando, para que o governo cumpra a lei. Não estamos pedindo favor algum, é obrigação do governo cumprir a lei. Tenho certeza que se o governo não tomar a iniciativa de fazer o pagamento das emendas impositivas dos parlamentares a Oposição entrará, mais uma vez, na Justiça, para cobrar o que é devido aos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado, eu tenho constantemente conversado com o governador Rui Costa. Ele me está garantindo – não posso deixar de confiar na palavra do governador – que cumprirá. Ele está no prazo! Ele tem um prazo para cumprir: até 31 de dezembro.

Eu, como presidente da Assembleia, não posso tomar as providências necessárias e cabíveis porque o governador está no prazo. Não posso cobrar do governador por não estar cumprindo a lei. No dia em que ele passar do prazo, direi quais as providências que o presidente desta Casa adotará. O Orçamento de 2015 vence no dia 31 de dezembro. Desde o dia em que os deputados me pediram que fizesse o Executivo cumprir a lei, como presidente da Casa, conversamos com o governador Rui Costa, salvo engano, cinco ou seis vezes. O mesmo tem-me dito que cumprirá as emendas impositivas. Salvo engano, é R\$ 1 milhão e 200 mil, sendo 50% para educação, 25% para a saúde e 25% livre.

Estou cobrando do governador Rui Costa. Não posso entrar na Justiça e questionar o governador, uma vez que, até o momento, ele não descumpriu a lei impositiva.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro

Régis. O Sr. Sandro Régis:- Peço a V.Ex^a para se associar às questões das emendas de 2014, que não foram cumpridas. E que esta Casa também se associe à ação da Oposição para que se respeite o Parlamento. Apesar de ter sido a Oposição que entrou com a ação, compete aos 63 parlamentares desta Casa.

Faço um apelo a V.Ex^a, já que disse que não pode se pronunciar até a data de 31 de dezembro de 2015, para que a Casa se manifeste em relação às emendas de 2014, que também não foram cumpridas em sua totalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, eu disse aqui, alto e em bom som, que, em relação às emendas de 2014, e não estou fazendo qualquer crítica, ninguém me cobrou. Ou seja, para mim já era assunto encerrado: o Orçamento de 2014 já venceu. O que eu disse a V.Ex^a é que 2015 eu cobraria do governador. Agora, não posso cobrar 2014 ao governador, porque já venceu. Eu não posso. Não estou fazendo alguma crítica à Oposição, mas ninguém da Oposição me cobrou 2014.

O Sr. Sandro Régis:- Mas não pode ser da Oposição, a emenda é proposta de parlamentares...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Da mesma forma que receberei, V.Ex^a também receberá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Então, não é questão da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- São 63 parlamentares...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nenhum deputado, salvo engano, cobrou-me emenda de 2014 no ano passado. Nenhum, salvo engano. Salvo engano, eu não me lembro de nenhum deputado ter-me cobrado emenda impositiva de 2014. Agora, 2015, assegurei aos parlamentares, e estou assegurando, que cobrarei do governador, que exigirei o cumprimento da lei.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no mesmo sentido da feita, agora, pelo deputado Sandro Régis. Em 2014, o governo não cumpriu as emendas impositivas. Acho que V.Ex^a, como presidente, tem o dever, a obrigação e o poder para cobrar do governo do Estado responsabilidade com a Assembleia Legislativa e com as finanças do Estado. Este ano, V.Ex^a está a confiar na palavra do governador. Tenho preocupação, porque já estamos no mês de novembro.

As palavras que o deputado Zé Neto acabou de proferir aqui, no Plenário, não dão a nós qualquer tipo de segurança. Muito pelo contrário, pelas palavras do Líder do governo, parece-me que vamos passar mais 1 ano sem termos direito às emendas impositivas.

Vale deixar claro que as emendas impositivas não são benefícios pessoais de deputado. Muito pelo contrário, os deputados executarão justamente onde entendem que existe uma maior necessidade por parte da população do Estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, queria que V.Ex^a pudesse fazer uma cobrança mais efetiva, já que fomos prejudicados em 2014 e que, pelo andar da carruagem, em 2015 ficaremos também sem as emendas impositivas.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado presidente, ouvi atentamente todos os questionamentos dos deputados, inclusive, o esclarecimento de V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um orador com a palavra. Srs. Deputados, há um orador com a palavra.

O Sr. Alan Sanches:- Ouvi atentamente os colegas fazendo os seus questionamentos. Quero me associar aos deputados Adolfo, Sandro, ao próprio Euclides, que foi o autor dessa emenda à Constituição do Estado, para que todos cobremos.

Agora, não concordei com V.Ex^a a partir do momento em que disse que se precisava provocar V.Ex^a para que fosse cobrado do governo do Estado. Não concordo com V.Ex^a como presidente da Casa, que precisava a cobrança dos deputados para que pudesse cobrar do governador. Uma das coisas que estávamos discutindo é que, inclusive, essas emendas poderiam ser liberadas proporcionalmente, conforme o Orçamento. Isso não é questão de favor. Que houvesse uma programação...

Porque o deputado não está solicitando emenda para ele. Todas as emendas são para o Estado da Bahia: na saúde, na educação, para pavimentação, para poços artesianos a fim de combater os efeitos dessa seca absurda.

Quero deixar um questionamento, se V.Ex^a puder, neste momento, esclarecer-me: o governo do Estado não cumprindo as emendas impositivas colocadas no Orçamento – estão colocados novamente R\$ 83 milhões no Orçamento deste ano – quais as medidas que a Casa, se puder adiantar, tomará contra o não cumprimento desses R\$ 83 milhões de todos os deputados do Estado da Bahia?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Exigirei do Sr. Governador do Estado, Rui Costa, que cumpra a lei. V.Ex^a pode ter certeza que a Presidência vai exigir do Sr. Governador que cumpra a lei, que libere as emendas impositivas que foram aprovadas no orçamento do Estado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto. O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, sugiro a V.Ex^a pedir ao Líder do governo, deputado Zé neto, que mande uma comissão à prefeitura municipal de Salvador, pois lá o prefeito ACM Neto está cumprindo rigorosamente com todas as

emendas impositivas dos vereadores.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, não vou consumir os 5 minutos que o Regimento me defere. Só quero dizer que espero que V.Ex^a corrija essa afirmativa. Para V.Ex^a cumprir as suas prerrogativas enquanto presidente, notadamente aquele de representar e administrar os interesses da Assembleia, não precisa que nenhum dos seus pares lhe cobre isso. V.Ex^a, creio eu, tem responsabilidade, envergadura para exercer o seu papel nesta Casa. Em segundo lugar, quero dizer a V.Ex^a que vejo aqui uma bancada silenciosa à minha direita, a bancada do governo, que é quem mais tem chiado nos corredores. Está faltando homem nesta Casa! Quem mais critica o governador Rui Costa são os seus aliados aqui. A Oposição sempre silente nos corredores. O abacaxi sendo descascado, as entranhas do governo sendo expostas pelos seus aliados. Mas chegam aqui e não têm a coragem de fazer os discursos que fazem no cafezinho, nos corredores, os recursos auriculares. Não estou mais disposto a emprestar os meus ouvidos para esse tipo de recurso.

Quero fazer uma ressalva e parabenizar o deputado cabra-macho Euclides Fernandes, que terminou a sua questão de ordem mandando recado. Ele disse: “esta Casa tem como fazer o governador cumprir”, e terminou a fala assim. Isso é um recado. Se não cumprir, não se aprova o orçamento. Pronto. Esse é o recado do deputado Euclides Fernandes. Parabéns, deputado. Não é à toa que V.Ex^a vem do sertão da caatinga - pois Jequié tem um pouco da caatinga, da terra do sol - e tem a coragem de falar aqui o que fala acolá. Os outros só falam acolá.

Estou proibindo os meus colegas deputados de governo de virem a mim para fazer queixa do governador, dizer que o governador isso, o governador aquilo, não atende, não faz, não acontece, não respeita ninguém. Já me disserem que deputado aqui é como “bosta n'água”, e eu fiquei pensando o que seria isso.

Quero dizer ao deputado que produziu essa pérola que ele está absolutamente correto. Os deputados estaduais não estão valendo absolutamente nada. Creio até, Sr. Presidente, que este parlamento, o Poder Legislativo da Bahia, se fechado for, ninguém lá fora, ninguém do povo sentirá falta.

Muito obrigado, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a é procurado porque é sempre um bom conselheiro, experiente, ativo, mas está muito preocupado com o corredor. Outra coisa, se fechar o parlamento, pode ter certeza que a Bahia sentirá muita saudade de V.Ex^a por sua atuação. Não só de V.Ex^a como dos 63 deputados.

Essa frase eu utilizei muito quando era deputado de oposição. Hoje vejo o quanto o Parlamento baiano é importante para a sociedade do nosso Estado. É aqui a Casa do contraditório, é aqui a Casa das Leis, a Casa que recebe todos os movimentos sociais da Bahia.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Último orador sobre este assunto.

Com a palavra meu querido amigo Líder do governo, deputado Zé Neto, pra responder à Oposição e ao deputado Euclides Fernandes, para que eu possa concluir.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero dizer aos deputados da Oposição e do governo que acabei de conversar agora com o Líder da Minoria, e firmamos um acordo para que possamos entregar até a próxima segunda-feira a relação das emendas impositivas deste ano.

Espero que nos próximos dias o governo possa fazer todas as contas e apresentar alguma sugestão positiva para nós. Ouvi a fala do deputado Euclides Fernandes, por quem tenho muito respeito. Ele sabe disso.

V.Ex^a foi feliz quando disse que esta é a Casa do contraditório. Realmente é. Este Parlamento tem enriquecido muito a Bahia com seus posicionamentos. Na hora de firmar embates o fazemos bem, como fizemos há poucos dias. E na hora de fazermos com que as coisas funcionem de forma a olharmos primeiro os interesses da Bahia também sabemos fazer. Acho que é isso que nos dá este orgulho em fazer parte do Legislativo baiano.

Há uma coisa, deputado Marcelo Nilo, que posso dizer hoje com tranquilidade: onde eu andar pelo Brasil e pela Bahia, como também qualquer um dos deputados desta Casa, andarei de cabeça erguida. Temos feito o nosso papel aqui nesta Assembleia. É claro que nem tudo sai como pensamos e queremos, porque há situações que não dependem só deste Poder ou apenas dos interesses, das vontades dos deputados.

Até segunda-feira estará prorrogado o prazo de entrega das emendas impositivas. Hoje pela manhã, conversei com o governador sobre este assunto. Da mesma forma V.Ex^a colocou agora há pouco. Há todo o empenho de S.Ex^a e do seu governo em torno desta situação, que neste instante é muito mais econômica em termos das condições gerais do Estado do que a implementação duma política governamental contrária a esta grande vitória do Parlamento baiano que foi firmar a emenda impositiva.

Então, vamos aguardar uns dias. Veremos se daqui até segunda-feira poderemos falar alguma coisa acerca desta questão. Mas quero adiantar que até lá teremos aí a prorrogação do prazo de entrega das emendas impositivas deste ano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao primeiro orador, gostaria de dizer, principalmente ao deputado Sandro Régis, que o Líder do governo indicou aqui os oito membros para nós formarmos a Comissão que irá fazer a reforma do Regimento Interno. Pelo nosso R.I., V.Ex^a tem direito de indicar cinco. Vou aguardar a sua indicação. Já temos oito indicados pela Liderança da Maioria, pelo deputado Zé Neto. São eles os deputados Reinaldo Braga, Zó, Zé Raimundo, Joseildo, Paulo Rangel, Aderbal, Manassés e Nelson Leal. Portanto, falta a Oposição

indicar os outros cinco para compor a Comissão que irá modernizar o Regimento da Casa.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o meu querido amigo deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 25 minutos.

Antes, porém, Srs. Deputados, quero comunicar que infelizmente hoje faleceu um amigo nosso que trabalhava na Secretaria da Mesa, Hailton, funcionário antigo aqui da Assembleia. Ele trabalhou muitos anos com Carlos Machado.

Gostaria de propor um minuto de silêncio em homenagem ao saudoso Hailton Pimentel, que nos deixou prematuramente.

(Um minuto de silêncio pela morte do funcionário da Assembleia Hailton Pimentel.) (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra para o deputado Alan Sanches, eu gostaria de registrar o expediente que foi enviado à Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra agora, pelo tempo de até 25 minutos, o meu querido amigo deputado Alan Sanches.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Alan irá usar o Grande Expediente para fazer um discurso em que acho que esta Casa tem de estar envolvida. Irá trazer pontos polêmicos do projeto que daqui a pouco será votado neste Plenário.

Então, eu peço que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum nominal para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Raimundo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, por favor, eu gostaria que V.Ex^a fixasse o tempo regimental e chamasse os nossos colegas deputados que estão nos gabinetes para que possam comparecer em tempo hábil dando as suas presenças, porque estaremos votando hoje dois importantes projetos nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel. Marquem 15 minutos.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão, feito pelos deputados Sandro Régis e Zé Raimundo. Marquem as suas

presenças. (Pausa.)

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra meu querido amigo deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Presidente, deputados, deputadas, demais presentes nesta sessão, cidadãos que nos acompanham, a imprensa, bem, nesta terça-feira nós tivemos mais uma reunião na Oposição. E já foi colocado hoje na mídia que a Oposição entrou com um questionamento no Ministério Público sobre a licitação que ocorreu no Detran e que dava um prazo de 30 horas. Não é concebível que uma licitação possa ocorrer em apenas 30 horas, por mais emergencial que seja. Não se concebe que da abertura do processo licitatório até o fechamento da entrega da licitação tenha 30 horas. Depois houve um questionamento da imprensa através do site Bocão News, e deram mais dois dias.

Vejam bem, senhoras e senhores, se o prazo mínimo de um pregão é de uma semana, de 8 dias, por que uma licitação para Tecnologia da Informação num processo administrativo no Detran tem que ser de 30 horas?!

Que se permita que as pessoas que tenham notório conhecimento e saber de Tecnologia da Informação possam também disputar e contribuir para o governo do Estado. Então, vamos agora aguardar. Ainda não houve, no caso, a publicação da vencedora. Mas, como estamos querendo um processo extremamente transparente - é isso o que queremos -, nós entramos com esse questionamento no MP.

Ouvi aqui também, senhoras e senhores, junto com V.Ex^{as} observei atentamente outros questionamentos pertinentes nossos. E parece que de repente só os deputados da Bancada da Oposição estão interessados nas emendas impositivas. Nós votamos neste Plenário uma Proposta de Emenda Constitucional à Carta do Estado da Bahia e aprovamos com maioria esmagadora entre todos os 63 deputados. Se não me falha a memória, devem ter sido no mínimo 61 que concordaram com essa PEC. É uma proposta que se transformou em lei, mas hoje não é cumprida.

Quando nós questionamos o presidente, primeiro, como eu disse aqui, discordo dele quando diz que é o Ministério Público que precisa de alguma forma de provocação, é porque o deputado Marcelo Nilo poderia, sim, se apropriar disso e questionar o governo anterior pelo não cumprimento das emendas impositivas. Não fez isso. Então, a Oposição tomou a paternidade para si, mas duma coisa que vai beneficiar todos os municípios do Estado da Bahia.

Fizemos esse questionamento e não é a primeira vez que trazemos isso para a pauta. Se não me falha a memória, desde agosto o deputado Adolfo Viana foi o primeiro a questionar. E a Oposição agora resolveu questionar todos os dias para que a população perceba que as emendas impositivas não são para o deputado, e sim para

cada um dos 417 municípios baianos ou Universidades ou Santas Casas do Estado da Bahia. Então, isso tem que ficar muito claro, nítido e transparente. É preciso separar as coisas. Parece que é o fisiologismo do deputado a, b ou c que quer assim. Absolutamente! O deputado não tem... Existem inclusive deputados que colocaram suas emendas nas Santas Casas. Outros, nas Universidades.

Portanto, são coisas para fortalecer o nosso Estado, em vez de ficar só com estas ONGs, as Organizações Não Governamentais, entidades sociais que têm o seu papel. Mas, se V.Ex^{as} fizerem uma análise, vão perceber o montante de recursos que é colocado nelas, enquanto são apenas R\$ 83 milhões para os 63 deputados, que estão somente direcionando esse dinheiro por conhecerem mais os municípios. Tenho a certeza que o deputado Herzem bem como o deputado Fabrício conhecem Vitória da Conquista melhor do que qualquer outro parlamentar desta Casa e também do que o governo do Estado, por serem residentes, viverem, terem nascido, trabalhado e construído suas famílias lá. Então, realmente conhecem e sabem a real necessidade do que precisa aquele município.

Dando continuidade ao nosso pronunciamento, na semana passada eu pedi vistas ao projeto de lei da Fundação Bahiafarma. E nós conseguimos trazer para o pensamento, para que V.Ex^{as} possam refletir sobre o que traz esse PL, que já tem algumas semanas nesta Assembleia e faz algumas modificações naquela instituição. Todos aqui já experientes. Mesmo quem não é e está ainda no seu primeiro mandato neste Poder já teve experiência em outro Parlamento. Ou no Executivo, como o nosso vice-prefeito e atual deputado Gika. Enfim, todos aqui já tiveram experiências políticas.

E nós sabemos que o que vale numa lei é o que está escrito. Quando se vai julgar qualquer episódio, a primeira coisa em que você vai é na letra fria da lei. Não existe emoção, não existe explicação que não esteja escrita no papel. Então, eu sempre me preocupei com a redação final de qualquer projeto e trouxe este pra cá para que os Srs. Deputados possam refletir mais tarde, quando estiverem dando os seus votos, sobre algumas incongruências que nós achamos nele.

Analisando aqui o Projeto de Lei nº 21.502/2015, que altera a Lei nº 11.371, de 4 de fevereiro de 2009, encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Exm^o. Governador do Estado, que tem por objetivo promover alterações na citada Lei, temos a discorrer sobre o assunto o seguinte: (Lê):- “A proposição, inicialmente, visa atualizar e adequar a legislação para viabilizar...

Não vou ler tudo para não ficar cansativo, pois V.Ex^{as} ainda terão o tempo da discussão do projeto. Mas quero trazer para uma reflexão alguns pontos. O primeiro ponto é que, pelo texto, a Bahiafarma quer produzir alimentos e cosméticos. Quando se lê somente “alimentos e cosméticos”, será considerado o que está escrito na lei.

Conversando com o Sr. Ronaldo, presidente e farmacêutico da Bahiafarma, ele me informou que alguns pacientes precisam de uma alimentação especial, como o leite, para o tratamento. Por que isso não é colocado na lei?

Porque 'alimentos' é alimentos em geral. V.Ex^{as} vão votar em uma matéria que

fala de alimentos quando agora, na reforma administrativa do governo do Estado, foi extinta a Ebal. Então, do jeito como está, parece que se quer colocar a Bahiafarma para substituir a Ebal. A comercialização e produção de alimentos não caberiam nunca à Bahiafarma. Se é um derivado do leite especial, que sejam colocados o tipo. Se for alimentação parenteral, que seja colocado especificamente, inclusive, que não será arroz, não será feijão. Isso não tem que ser explicado a mim, tem que ser explicado no papel, porque estamos aqui para aprovar uma lei. Então, não terei na hora, nem o juiz, nem o Ministério Público ou quem quer que seja, o presidente Ronaldo, ou outro presidente, para explicar o que significa 'alimentos.' Se V.Ex^{as} aprovarem do jeito como está, alimentos poderão ser considerados arroz, feijão, Nescau e o que for entendido por V.Ex^{as} como alimentos. E isso é o que será aprovado hoje nesta Casa.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Ex^{as} estão inscritos.

O outro ponto se refere a cosméticos. Quando fui questionar, mais uma vez, o presidente – que esteve aqui gentilmente para esclarecer o projeto... O deputado José Neto tem sido realmente um baluarte do governo nesta Casa, um democrata, não posso questionar a relação com o deputado José Neto, mas quando questionado sobre cosméticos, o Sr. Ronaldo informou que muitas vezes a Bahiafarma precisa produzir protetor solar.

Então, que seja especificado o que significa cosméticos. Do jeito como está, mais uma vez, na letra fria do papel da lei, que é o que será interpretado, a Bahiafarma agora poderá produzir batom, rouge, sombra, blush e o que for considerado como tal, porque está escrito que isso poderá ser produzido.

Quero chamar V.Ex^{as} para esta primeira reflexão sobre a redação do projeto, que é incongruente, que não tem sustentação, e não é a verdade colocada pelo presidente Ronaldo, porque a partir do momento em que ele me fala sobre as expectativas e perspectivas, ele não coloca dessa forma abrangente.

Então, o que sugiro no nosso parecer, o voto em separado, é que seja feita descrição mais detalhada do projeto no papel.

Com um aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Alan Sanches, quero parabenizá-lo. V.Ex^a demonstra que estudou o projeto e tem embasamento para sua fala.

Faço um apelo ao Líder do governo para que receba de nossas mãos as suas sugestões em relação ao projeto da Bahiafarma, porque suas sugestões visam à transparência, tiram dúvidas dos parlamentares. Se o deputado Zé Neto acatar as sugestões, esta Casa poderia avançar no entendimento desse projeto que é bom para todos.

Quero parabenizar V.Ex^a, que se debruçou, nesse feriado, estudou e diversas vezes ligou para a assessoria da Liderança para fazer questionamentos sobre esse

projeto. V.Ex^a sobe a esta tribuna com conhecimento de causa. Por isso, gostaria de que o Líder do governo, deputado Zé Neto, recebesse seu parecer ao projeto e o levasse à assessoria do governo e discutisse para ver onde poderíamos avançar em todos os pontos percorridos por V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Quero primeiro, deputado Sandro Régis, Líder que lidera muito bem essa Bancada de diferentes e iguais no pensamento, de agradecer e incorporar o aparte de V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alan Sanches, gostaria de parabenizá-lo pelo bom serviço prestado a esta Casa, ao Estado da Bahia. No momento em que V.Ex^a se debruça sobre esse projeto e traz para essa tribuna sugestões que venham melhorar o projeto aqui apreciado, não tenho dúvida de que o governo terá a sensibilidade de compreender que as sugestões feitas são extremamente pertinentes. Quando V.Ex^a coloca que a Bahiafarma quer produzir alimentos e cosméticos, é interessante que especifiquem que tipo de alimento, que tipo de cosmético a Bahiafarma tem necessidade de produzir.

Então, acho que o governo precisa, quando encaminhar para esta Casa um determinado projeto, ser claro. O que se percebe aqui nesta Assembleia é que quando o projeto não vem em caráter de urgência, vem de maneira incompreensível.

Então, parabéns a V.Ex^a. Espero que o Líder do governo tenha a sensibilidade de perceber que V.Ex^a ajuda o governo quando faz esses apontamentos. Vamos ficar aqui na expectativa de que o Líder Zé Neto acate suas sugestões.

Muito obrigado, deputado Adolfo. Tenho aprendido, entramos juntos aqui nesta Casa, mas V.Ex^a dá um show...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, desculpe interrompê-lo para anunciar a presença dos alunos da Escola Municipal São Francisco Xavier. Sejam bem-vindos a esta Casa. (Palmas.)

Restituo o tempo para o orador acrescentando mais 1 minuto.

O Sr. ALAN SANCHES:- Quero saudar também os alunos da Escola Municipal São Francisco Xavier. Estejam todos abraçados, assim como os seus professores, que fazem um trabalho belíssimo e trabalhoso, que é educar nossas crianças, que serão o nosso futuro. Tenho certeza disso.

Agradeço, deputado Adolfo Viana, mais uma vez as suas palavras e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Meu querido amigo deputado Alan Sanches, gostaria de associar-me às palavras dos deputados Sandro Régis e Adolfo Viana e parabenizar V.Ex^a que se debruçou sobre esse projeto de lei que trata de mudanças na Bahiafarma. V.Ex^a traz no seu parecer inúmeras sugestões ao projeto apresentado pelo governo do Estado. Sem sombra de dúvida acho que o governo deva acatá-las, pois são sugestões importantíssimas que vêm contribuir na execução desse projeto. Nas

suas sugestões, com relação à criação de mais uma diretoria na Bahiafarma, V.Ex^a mostra que não há a mínima necessidade de criá-la. E o governo vai na contramão do que vem acontecendo em outros governos de outros Estados, que é justamente o enxugamento da máquina pública. O governo resolve criar mais uma diretoria da Bahiafarma, e V.Ex^a mostra, no seu Parecer, que não há a menor necessidade disso, até porque o governo ficou 10 meses, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, com a diretoria vaga, sem indicar nenhum quadro para compor tal diretoria e agora quer criar mais uma, o que vem a inchar ainda mais a máquina já inchada do governo do PT.

Então, gostaria, mais uma vez, de me associar aos parlamentares que aqui me antecederam e, com essas rápidas palavras, entrar no pronunciamento de V.Ex^a para falar, mais uma vez, da alegria de ver V.Ex^a de volta a nossa Bancada de oposição. V.Ex^a, por quem tenho um carinho muito grande, foi meu companheiro de Partido e mostra, mais uma vez, a sua competência estudando profundamente esse projeto e trazendo aqui um parecer contributivo para que a Bancada do Governo possa aceitar – tenho certeza de que assim o fará com as sugestões de V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Quero agradecer pelas palavras de V.Ex^a e incorporar o seu aparte ao nosso pronunciamento. Só para tentar dar continuidade aqui ao raciocínio, queria pedir um pouco de paciência aos deputados e falar sobre algumas modificações que o projeto ainda traz com relação ao Conselho Curador. Este conselho hoje já existe com nove integrantes que são indicados por diversas secretarias que tem algum tipo de relação com a Bahiafarma. Uma dessas indicações é feita pelas universidades e uma é pela Fiocruz. Isso vai acabar. As novas indicações serão exclusivamente do governador do Estado. Nove pessoas serão indicadas sem necessidade, sem pré-requisito de morar em Salvador – podem morar em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo e fazerem parte desse conselho, sendo remuneradas por isso. Então, esses nove participantes são de livre escolha do governador. Como a Bahiafarma funciona hoje: os integrantes são indicados por 2 anos, podendo ser reconduzidos por mais 2 anos. Isso acabará. Eles terão um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos indefinidamente, ou seja, poderão ficar vitaliciamente se assim o governador ou o grupo desejar.

Uma outra coisa que me chama muito a atenção é a diretoria executiva, que hoje tem um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido por mais 2 anos. O mandato agora se estenderá para 4 anos, podendo ser reconduzido também indefinidamente.

Tenho 5 anos aqui neste Parlamento e já vi diversas discussões no início de cada Legislatura, a cada 2 anos. Há questionamentos, inclusive, à presidência, com o objetivo de modificar o Regimento. Já foi, inclusive, colocado por um deputado aqui da Casa para que se acabasse o mandato da forma que está, em que o presidente da Casa pode tentar a reeleição por quantos anos quiser. Um deputado fez um projeto de emendas ao nosso Regimento para que acabasse com isso, mas votará a favor de mandatos indefinidos na Bahiafarma!

Isso é incongruência! Isso é um pensamento que só atende ao interesse dele ou

daquele grupo naquele momento! Se você é contra algum tipo de reeleição, por que você não vai ser contra qualquer tipo de reeleição? Então você tem que ter coerência nos seus princípios e realmente atender àquilo que você acredita. Da mesma forma que, como estou aqui, hoje, defendendo – e quando falamos de público, está registrado –, as pessoas poderão me questionar pelo resto da vida. Por isso que eu chego aqui e digo: sou a favor disso, sou a favor daquilo. Assim as pessoas poderão dar um seguimento na minha vida pública pelo resto dela. Contudo, apresentar um projeto, aqui nesta Casa, para acabar com a reeleição de presidente e aceitar as reeleição de presidente da Bahiafarma por tempo indeterminado é para mim incoerência!

Então queria trazer algumas reflexões que tenho para com V.Ex^a, que teremos no final da tarde a votação desse projeto e que seja feita a avaliação do que tenho colocado, que seja feita a avaliação da ideia de que a gente faz oposição por oposição. Não! Isso são coisas inconsistentes. Queremos que a nossa Bahia, o nosso Estado, possa estar preparado para se defender pelo resto da vida e não fazer projeto para governo, tem que fazer projetos para os baianos.

Quero dar o aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Nobre deputado Alan Sanches, quero parabenizá-lo pelo seu excelente Parecer desse projeto de lei. V.Ex^a demonstra amplo conhecimento na área da saúde, mas também se preocupou em registrar que, nesse projeto de lei, o governo do Estado aumenta gastos, sobretudo quando criar novas diretorias. O governo do Estado, apesar da queixa do Secretário da Fazenda, neste ano, já gastou 22,8% a mais com pessoal do que no ano de 2014. Veja que, no ano de 2014, nas contas do governo, já se atingiu o limite prudencial de gasto com pessoal; portanto, neste ano, certamente vai extrapolar e quem sabe ultrapassar o limite constitucional de gasto com pessoal.

Portanto, vejo como desnecessário neste momento a criação de mais cargos para provavelmente o governo aplicar a sua política do empreguismo; porque, se o governo só deu 3,5% de reajuste para os funcionários públicos, não justifica já ter gasto neste ano 22,8%, quase 23% a mais do que no ano anterior.

Portanto quero parabenizar o Parecer e o pronunciamento de V.Ex^a.

Muito obrigado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e agradeço ser aparteador por um grande prefeito que fez a história em Cairu e vai fazer em Valença, não tenho dúvida disso.

Conforme V.Ex^a me chamou a atenção, o projeto cria mais uma diretoria. Para que V.Ex^{as}, mais uma vez, reflitam, existe hoje, além da diretoria executiva, quatro diretorias: a de logística, a de pesquisa, a de operações e a administrativa financeira. Para que tenham uma ideia, procurem saber quem é o diretor de pesquisa da Bahiafarma. A diretoria de operações ficou vaga durante esses 10 meses e foi ocupada, pasmem, no dia em que o projeto veio para a Casa. No dia 27, quando veio para pauta da ordem do dia, a diretoria de operações foi nomeada.

V.Ex^{as} têm que refletir da seguinte forma: haveria realmente necessidade de criar mais uma diretoria de mais de R\$ 12 mil? O valor de um cargo que vai ser criado não está no projeto. Esse cargo vai onerar, além desses mais de R\$12 mil reais, em que mais? Se é necessário, segundo o Parecer, a nota técnica do governo, uma diretoria de qualidade que a Anvisa solicita, eu questiono o seguinte: no momento em que o governo do Estado vai ultrapassar o limite prudencial, será criado mais um cargo? Além do cargo – V.Ex^{as} sabem que não é só o cargo – existe uma secretaria, tem que ter uma diretoria, tem que ter um secretário, uma secretária, outras pessoas que vão desempenhar outras funções.

Então, quero chamar a atenção para a reflexão, neste dia que se aproxima da votação desse projeto. Se V.Ex^{as} acreditarem que tudo que falei não tem a menor coerência, aprovem o projeto; senão, votem com o nosso Parecer, que é contrário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo, da Maioria ou do Bloco Parlamentar PT, PSL, PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Antônio Henrique. Pelo tempo de 6 minutos, falará o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Antônio Henrique Júnior, por 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, farei uma substituição: no lugar do deputado Alex Lima, falará o deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Feita a substituição da indicação.

Com a palavra o deputado Antônio Henrique Júnior

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, Senhores e Senhoras, boa tarde.

(Lê):- “Estou retornando de uma visita ao oeste baiano e trago a mensagem de agradecimento do povo daquela região pela instalação de uma unidade da Defensoria Pública do Estado da Bahia, no município de Barreiras.

O esforço coletivo prevaleceu. A parceria entre os governos municipal, estadual e a Defensoria Pública do Estado possibilitou a implantação da Casa de Atendimento da Defensoria Pública.

E aqui faço questão de agradecer nominalmente ao governador Rui Costa, ao prefeito Antônio Henrique e ao Defensor Público Geral Clériston Cavalcante pela sensibilidade e boa vontade em atender essa demanda social, expressa em Indicação Parlamentar de minha autoria, protocolada nesta Casa.

A unidade estará vinculada à 3ª Regional da Defensoria Pública e funcionará com três defensoras, que prestarão assistência jurídica gratuita nas áreas de Família,

Infância e Juventude, Criminal, Cível e Fazenda Pública.

Pois, a partir de agora todas as pessoas que carecem de condições financeiras terão acesso garantido e condições plenas de se fazer ouvir pela Justiça na região oeste da Bahia. Mas, hoje, Senhor Presidente, o assunto que mobiliza integralmente a nossa população é a preocupante recomendação do Tribunal de Contas da União em reduzir o projeto da Ferrovia Oeste Leste, deixando o trecho Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães fora do traçado da FIOI, prejudicando diretamente todo escoamento da produção de algodão e grãos do cerrado baiano para o porto de Ilhéus e para o mundo.

Entendemos que existe um atraso significativo na obra, mas sabemos que ela é importante para a Bahia e que não nos devemos omitir em cobrar soluções imediatas para os problemas que estão travando o andamento da construção da ferrovia.

É com este propósito que o prefeito Antônio Henrique estará promovendo um ato público, hoje, às 19 horas, na Câmara Municipal de Barreiras, conclamando toda sociedade civil organizada, a esfera política, empresários, produtores, entidades representativas e população dos municípios citados, para cobrar um posicionamento mais claro do Governo Federal e da VALEC sobre a obra.

Somos uma região que faz parte da grande fronteira agrícola do projeto MATOPIBA que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, declarada pelo Governo Federal com uma das regiões mais produtivas do país e com largo potencial para o desenvolvimento integrado.

Então, necessitamos de investimentos em infraestrutura logística. Sem a Fiol não teremos como baratear custos com o escoamento da nossa produção. E não custa lembrar que o escoamento da produção ainda é o principal gargalo da economia baiana.

Para finalizar, Senhor Presidente, quero informar que chegou hoje a Barreiras uma comitiva de representantes de grandes cooperativas do Rio Grande do Sul e Paraná, além de representantes da Grand Valle Industrial e do Grupo Miolo que atuam no município de Casa Nova/Bahia.

Este grupo está sendo recepcionado pelo nosso Vice Governador e Secretário de Planejamento João Leão, que tem a tarefa de atrair investimentos do empresariado do setor agroindustrial para o Estado da Bahia.

E, neste caso específico, para o Projeto de Irrigação Barra/Igarité que tem áreas propícias para a produção de cana-de-açúcar, fruticultura irrigada e potencial para a piscicultura empresarial, atividades estas voltadas ao fornecimento de matéria-prima para unidades agroindustriais a serem ali implantadas.

Além do vice-governador João Leão, o Secretário de Desenvolvimento Rural Jerônimo Rodrigues e o Presidente da Sudic Jairo Vaz estarão acompanhando o grupo de investidores hoje em Barreiras, amanhã em Barra e na quinta-feira pela manhã em Xique-Xique. À tarde, eles estarão aqui em Salvador, reunidos com o governador Rui Costa, antes de retornarem para o sul do país.

Obrigado pela atenção e uma semana feliz para todos!”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, permitam-me ler a presente moção homenageando o centenário do extraordinário baiano Josaphat Ramos Marinho.

(Lê):- “O deputado abaixo assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados votos de congratulação pela passagem do centenário de nascimento do ex-senador Josaphat Ramos Marinho, ocorrida em 28 de outubro de 2015.

Natural da localidade de Areia, hoje município de Ubaíra, onde nasceu em 28 de outubro de 1915, Josaphat Ramos Marinho era filho de Sinfrônio de Sales Marinho e dona Adelaide Ramos Marinho.

Em Jaguaquara, no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, fez o curso primário, tendo concluído o secundário no Instituto Bahia no de Ensino, em Salvador, e nesta mesma cidade formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Bahia.

Apesar de advogado e professor – com brilhante passagem pela Universidade de Brasília (UnB), onde assumiu a cátedra de Direito Constitucional –, foi na vida pública que Josaphat Marinho mais se destacou. Entre 1947 e 1951, pela União Democrática Nacional (UDN), e de 1955 a 1959, pelo Partido Liberal (PL), exerceu mandatos de deputado estadual” nesta Casa Legislativa.

(Lê):- “No governo do general Juracy Magalhães, foi nomeado secretário do Interior e Justiça (1959) e em 1960 foi designado secretário da Fazenda, deixando esse cargo em 1961 para assumir a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), nomeado pelo então presidente da República, Jânio Quadros.

Com a renúncia presidencial, ocorrida em agosto de 1961, Josaphat Marinho retornou à Bahia e reassumiu a Secretaria da Fazenda, nela permanecendo até dezembro de 1962, tendo sido eleito em outubro desse ano para o Senado Federal, exercendo o mandato entre 1963 e 1971. Exerceu um segundo mandato senatorial entre 1991 e 1999.

Josaphat Ramos Marinho foi membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da Academia de Letras da Bahia, tendo recebido diversas homenagens, entre as quais podem ser referidas a medalha da Ordem do Congresso Nacional, a de Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional, a Medalha Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica, e a da Ordem do Mérito da Bahia.

Deixando à Bahia e ao Brasil um exemplo de capacidade, coragem, tenacidade e coerência parlamentar, Josaphat Ramos Marinho faleceu em Salvador no dia 30 de março de 2002, cercado da admiração dos seus conterrâneos.

Dê-se conhecimento desta moção ao Senado Federal, à Academia de Letras da

Bahia e à Ordem dos Advogados do Brasil, seccional baiana.

Sala das Sessões, 03 de Novembro de 2015.

Deputado Aderbal Fulco Caldas.”

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Por 5 minutos, o deputado Luciano Ribeiro, e por 6 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nesta tarde em que iremos apreciar o projeto de lei que reestrutura a Bahiafarma e que tem o voto em separado, que será apresentado aqui, mas já foi explicitado pelo deputado Alan Sanches, eu queria apenas dar aqui uma opinião minha a este Parlamento e, principalmente, à assessoria do Executivo do Estado.

Ora, não é segredo para ninguém, mesmo porque os jornais expõem a palavra do Secretário da Fazenda do Estado, na audiência pública ocorrida aqui, há 15 dias, e assim ele também se manifestou. O governador do Estado hoje, pela Imprensa, já admite que o limite prudencial de gasto de pessoal já foi atingido, com o agravante de que os técnicos do Tribunal de Contas do Estado, meu caro Hildécio, já afirmaram que os cálculos que o governo faz com o gasto de pessoal não correspondem à realidade, porque na visão dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado, que é o controle externo do Executivo, este limite prudencial já foi atingido.

Não bastassem, meu caro Alan, todas as razões expostas aqui em seu voto de ordem de mérito para não criação deste cargo que se pretende criar, o governador e esta Casa precisam, mais uma vez, serem submetidos ao império da lei, e é isso que aqui queremos, porque o artigo 22 da lei de Responsabilidade Fiscal impede que o Poder Executivo, que atingiu o limite prudencial, crie cargo, aumente despesa com pessoal. Isto é impositivo, isto é imperativo. Não se pode criar cargo quando se atinge o limite prudencial. Isso é o b-a-bá de administração pública.

Nós estamos aqui falando de uma realidade que está nos jornais, que está nas audiências públicas realizadas pelo Secretário da Fazenda, que está na fala do governador, que está nos pareceres do Tribunal de Contas do Estado. Se o governador quer arriscar, como arriscou mandar para esta Casa uma proposição de criação de cargos com aumento de despesa, sabendo ele que o Estado já atingiu o limite prudencial com gastos de pessoal, eu recomendo aos meus amigos, recomendo aos meus colegas que não dêem aval a isso, porque nem só o governador que enviou, mas nós que aprovamos a criação de cargos e aumento de despesa de pessoal, quando o

Estado já atingiu o limite prudencial, estaremos sujeitos ao império da lei, mas agora à Lei de Improbidade Administrativa.

Por isso aqui, como não tive a oportunidade de apartear o deputado Alan, quero deixar a minha opinião sobre esse projeto. Repito, se não bastassem todas as questões de mérito tão bem expostas aqui para a não criação deste cargo, há esse imperativo e esse impeditivo legal que estaremos cometendo, o governador e esta Casa, improbidade administrativa em criar cargos quando o Estado já atingiu o limite prudencial.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Fabrício Falcão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da Imprensa, vocês que nos assistem pelo canal da *TV Assembleia*, eu ouvi atentamente a discussão sobre as emendas impositivas. Estas emendas foram aprovadas aqui na Casa, numa iniciativa do deputado Euclides Fernandes. Contou com o apoio da Casa, dos deputados no pagamento dessas emendas e logo no primeiro ano, o governo já falhou no pagamento dessas emendas.

Fico a imaginar e ao mesmo tempo reflexivo em relação ao silêncio da bancada governista. Eu acho, então, ou esta bancada é subserviente ou então o governo tem dado mimos que correspondem ao pagamento dessas emendas. As emendas têm um valor irrisório, cerca de 1.200.000 por deputados. Este é um pequeno percentual do orçamento do governo do Estado.

E, destes 1.200.000, a metade já está comprometida para investimentos na área da saúde. Os governistas estão calados, estão mudos. Eu acompanho a Assembleia agora como parlamentar, e antes como homem de imprensa, mas não me recordo de uma bancada governista tão subserviente. Uma bancada que entregou os seus mandatos para o governo do Estado de forma cega, usando óculos de couro, sem conseguir enxergar um palmo adiante da importância dos seus mandatos e deixa com que o governo faça dos seus mandatos o que melhor lhe aprouver.

É bom que seja muito claro, para que não saia de forma distorcida que nós que estamos aqui a elencar e a cobrar essas emendas, estamos fazendo em benefício próprio, quando, na verdade, aqui o interesse é socializado por toda a Casa. A não ser os deputados governistas, que podem estar satisfeitos com um carguinho aqui, um carguinho acolá. Ora, faça-me uma garapa. É muito pouco, é quase nada um deputado ter direito a 1.200.000 e desse montante, metade já está comprometido para investimento na área da saúde. Fica mais 300 para a educação e 300 mil para outros fins.

E o governo não cumpre a emenda. A emenda foi aprovada nesta Casa e não tem ninguém que levante a voz. Eu quero cobrar do Presidente Marcelo Nilo que ele,

neste momento, receba de todos nós ou pelo menos de uma parte, não vou falar por todos porque a maioria é governista e essa Maioria é silente, é uma maioria silenciosa, mas pelo menos que cobre do governo o projeto que foi aprovado nesta Casa, como bem falou o Líder Sandro Régis.

Se o governo passa por cima da lei que foi aprovada nesta Casa, e aliás, é um erro de todos os governos. Os governos que não cumprem acordo, governo que tem a palavra empenhada e não cumpre. Essa não é apenas questão do governo Rui Costa. Por aí temos vários governantes que também não honram sua palavra, não cumprem sua palavra. O que está aí é apenas mais um. Eu não tomo isso como novidade. E não recebo como algo novo na política da Bahia.

Mas, em se tratando de uma lei aprovada nesta Casa, então que o governo ou que um desses deputados governistas apresentem um projeto revogando as emendas impositivas. É melhor você trabalhar com o que não tem, do que você trabalhar com o que tem e que, na verdade, você não tem.

Essa posição é uma posição, minha, individual. Não conversei com o Líder da bancada, deputado Sandro Régis. Mas, expressei aqui a minha insatisfação, porque o mínimo que se tem não é cumprido nesta Casa. E quem é o guardião dessa lei? Os próprios deputados, e são eles que dão as costas, que não cobram. Está aí, o governo vai cumprir quando? Não quero fazer igual a São Tomé, mas só acredito vendo! Só acredito quando essas emendas forem cumpridas.

E para dizer que não falei das flores, quero agradecer ao governador Rui Costa que assinou a ordem para a construção da Via Barradão. A família rubro-negra estava por lá, os deputados Rosemberg, Bira Corôa e o Sr. Presidente Marcelo Nilo.

Quero, aqui da tribuna, agradecer ao governador porque é uma obra importante para viabilizar esse equipamento também importante, o estádio Manoel Barradas. Com certeza melhorará o acesso com a Via Barradão e, no futuro, será a nossa Arena Leão da Barra, a arena rubro-negra. Deixaremos de jogar na Arena Fonte Nova e teremos a nossa. Quem acredita no futuro, pode ter certeza que brevemente teremos a nossa Arena Leão da Barra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Falará o deputado Rosemberg Pinto por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa, servidores, quero falar hoje, aqui, sobre a Petrobras. Desde o dia 1º, os trabalhadores da Petrobras cruzaram os braços, com o objetivo de defender a empresa

e os investimentos em todos os estados.

Deputado Joseildo, V.Ex^a que é morador de uma cidade onde a Petrobras tem uma influência significativa, assim como o deputado Hildécio, e sabem que o novo presidente daquela empresa tomou uma decisão, em minha opinião, extremamente equivocada e com muito desconhecimento em relação aos novos investimentos para os anos 2016/2020. Porque reduz significativamente os investimentos na área do Nordeste brasileiro.

O que a Petrobras está fazendo é um crime para o desenvolvimento do Nordeste. Uma empresa que iniciou a partir do descobrimento de petróleo na Bahia e se depender desse novo presidente da empresa, ele retira os investimentos deste Estado. Eu tenho dito que quem criou os problemas na Petrobras é que tem que pagar. Não podem ser os trabalhadores que terão que pagar pelos problemas. Só aqui no Estado há uma previsão de 1.500 trabalhadores terceirizados demitidos até o dia 30/11.

A Petrobras tomou a decisão de concentrar tudo no Rio de Janeiro. Todas as áreas de patrocínio voltam para o Rio de Janeiro. Ali só eram beneficiados o Sul e o Sudeste num desprezo eminente em relação ao Nordeste brasileiro. Em relação à venda dos ativos da Petrobras, não sei que raiva esses caras têm das empresas de fertilizantes da Petrobras, aqui da Bahia e de Sergipe, que estão dentro do plano de investimento de vendas de ativos da empresa.

Com muito custo, trouxemos para cá as áreas financeiras e a tributária da Petrobras para gerar 250 empregos de técnicos e pessoas qualificadas, e agora eles estão levando de volta ao Rio de Janeiro. Ou seja, não podemos admitir, deputado Joseildo, e todos os deputados baianos, que a Petrobras tome uma posição contra a Bahia. Já estive agora na Serin, porque o governador Rui Costa precisa assumir uma posição também em defesa da Petrobras. Ele já pediu uma reunião com o presidente da Petrobras, já conversou com a presidenta Dilma, mas é preciso que tenha respostas sobre essa questão. Porque não podemos admitir ficar parados enquanto os trabalhadores estão fazendo movimento.

E pasme, meu querido deputado Joseildo Ramos, quero aqui fazer uma crítica a Polícia Militar do Estado da Bahia que agrediu os trabalhadores da Petrobras na porta da refinaria ontem à noite. Não podemos admitir esse tipo de posição.

Não é essa a Polícia Militar que eu sempre acreditei e defendi. Sou do governo defendendo o governo em todos os momentos, mas não posso admitir ver três trabalhadores, meus companheiros da Petrobras, um deles terceirizado, repórter fotográfico que teve tomado e quebrado seu equipamento por um policial na porta da Refinaria Landulpho Alves. Quero aqui fazer uma crítica ao coronel da Polícia Militar, se é que ele orientou os seus policiais a fazerem esse tipo de posicionamento. Nós não podemos admitir esse tipo de postura. Precisamos de uma Polícia Militar cidadã, cuidando do cidadão. O momento da atuação repressiva tem que contra a marginalidade e não agredindo trabalhadores na porta da refinaria.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- E eles não estavam ali para defender, sequer, melhoria de salários. Eles estavam ali para defender investimentos da Petrobras na Bahia que também vão para os policiais militares. Nós não podemos aceitar esse tipo de postura.

Fui fazer a minha crítica ao governo do Estado, ao secretário das Relações Institucionais, Josias Gomes. Fizemos uma reunião lá e espero que o comandante da Polícia Militar dê uma declaração pública dizendo que a Polícia agiu equivocadamente naquele episódio apenas porque o repórter fotográfico filmou um policial se subordinando à direção da Refinaria Landulpho Alves, recebendo orientação da Refinaria Landulpho Alves. A Polícia Militar deve receber orientação do seu comando, mas agora parece que a refinaria virou a comandante da Polícia Militar.

Estou falando com muita indignação, com muita tristeza, mas não posso deixar de defender os meus queridos trabalhadores da Petrobras que estão defendendo a Petrobras. A Bahia deve defender os investimentos da Petrobras na Bahia, independente da coloração partidária dos deputados, sejam eles do governo ou da oposição.

Então eu queria aproveitar esse momento, deputado Fabrício, V.Ex^a que preside a sessão, para fazer essa crítica a postura da Polícia Militar ontem. E se não bastasse tomar o equipamento, chegou com uma das viaturas e quase atropela as pessoas que estavam na frente, derrubou as cadeiras que estavam lá na frente e isso é um absurdo! Ontem, à meia-noite, eles me ligaram. Ainda colocaram eles dentro de uma viatura. Algemaram o conselheiro da Petrobras que representa os empregados.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado, V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- O presidente do Sindipetro que é conselheiro eleito da Petrobras foi preso, algemado, colocado dentro de uma viatura e levado para a delegacia da Polícia Militar na cidade de Candeias.

Concedo o aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Rosemberg Pinto, faço coro a sua indignação, mesmo porque o nosso município, a nossa região, o nosso território faz parte da área de produção dos campos maduros aqui entre nós.

A Petrobras já viveu momentos extremamente conturbados, mas a Polícia não pode tratar trabalhadores como se fossem bandidos. Inclusive, esse desagravo, a nossa solidariedade a Davidson que tem toda sua vida devotada ao engrandecimento, ao respeito que todos nós temos que ter por essa empresa que tratou o conteúdo nacional, que revitalizou a indústria naval, que é a parceira maior da indústria pesada deste país e que, num passado não muito distante, esteve posta à venda a preço de banana. Então nós não podemos brincar com coisa séria.

E a Petrobras campeã de novas tecnologias, além da inovação, pioneirismo, precisamos tratar disso como uma questão nacional. V.Ex^a está de parabéns.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Muito obrigado, deputado Joseildo, incorporo

o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero aqui dizer, meus queridos deputados e deputadas, que a greve da Petrobras lamentavelmente não era da vontade dos seus trabalhadores. Os trabalhadores querem apenas duas coisas: reabertura das negociações com a direção da empresa de uma forma coletiva e que tenham acesso ao debate sobre os investimentos da Petrobras. São dois pontos. Já participei de várias greves na Petrobras por reivindicação de melhoria salarial, melhoria de condições de trabalho, mas era uma greve em defesa da Petrobras. A última greve em defesa da Petrobras foi em 1995, quando a força nacional invadiu as refinarias e prendeu diversos trabalhadores. De lá para cá, as greves foram em defesa da Petrobras.

Então, queria aqui pedir ao governador Rui Costa que oriente o comando da Polícia Militar para que não aja dessa maneira truculenta. Porque eu que briguei o tempo inteiro contra a truculência de uma antiga Polícia Militar, não gostaria, deputado Alex da Piatã, de ser eu a estar aqui denunciando essa mesma polícia no nosso governo. Não posso admitir esse tipo de posicionamento. É um posicionamento extremamente fora da rota que o governador Rui Costa e o ex-governador Jaques Wagner definiram como um governo de participação coletiva. Para isso, todas as áreas devem estar nessa linha.

Quero, aqui, defender a Petrobras da forma como ela foi concebida, como uma empresa que tem que ter lucratividade, mas tem que ser uma empresa que gere desenvolvimento para a população. Até porque a maior acionista individual dela é a União, é o Estado brasileiro. Quero, aqui, refutar veementemente a visão financeira que o presidente da Petrobras vem dando a nossa companhia. Essa é uma companhia que tem que estar saneada, tem que estar dentro dos padrões de transparência, não pode ser uma instituição de corrupção. Ela tem que ser uma instituição de desenvolvimento, ela não pode ser meramente uma instituição financeira. Tendo na direção uma pessoa que não conhece sequer uma área industrial, não conhece o que é um poço, não sabe qual a composição do petróleo, que está ali com um objetivo único. Da mesma maneira que, no governo de Fernando Henrique, fui contra o desmonte da empresa, não posso, no governo da presidenta Dilma, aceitar que o presidente indicado por ela vá com o objetivo de desmontar e vender aquilo que é mais importante do ponto de vista da tecnologia que é a Petrobras. E, se não tomarmos cuidado, meus queridos deputados de todas as áreas, a Petrobras será destruída por esse presidente que tem como objetivo privatizar a companhia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Hildécio Meireles e o restante do tempo falará o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes, funcionários e funcionárias, quero usar um pouco do nosso tempo para corroborar com o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto no que diz respeito à perversidade que a Petrobras, a nossa grande empresa de petróleo do Brasil, vem fazendo com a Bahia e com os baianos. À medida em que ela volta totalmente seus esforços, no que diz respeito a investimentos, para o Sudeste brasileiro, uma região já contemplada por sua própria natureza, contemplada pela concentração do PIB brasileiro e ainda conta com esse apoio da Petrobras, deixando a Bahia mais uma vez e como sempre de lado, meu caro deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a que governou a cidade de Alagoinhas, falou tão bem aqui dos campos maduros. A Petrobras tem que entender que precisa investir em pesquisa para que possa reativar esses campos maduros ou até mesmo encontrar novas alternativas de exploração de petróleo em nosso Estado por uma questão de justiça. Da mesma forma na exploração offshore, na Costa Litorânea da Bahia que também é produtora de gás natural como temos lá na costa do nosso município de Cairu.

Portanto, quero me solidarizar com o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto no que diz respeito a essa falta de atenção da Petrobras para com a nossa Bahia. É uma questão, deputado, que temos que tratar como suprapartidária. Aliás, há poucos dias promovemos nesta Casa uma sessão especial que tratou desse tema da redução de investimento da Petrobras na Bahia e infelizmente não tivemos uma frequência mais adequada dos membros que compõem esta Casa.

Quero, deputado Rosemberg Pinto, ser solidário a V.Ex^a e me aliar ao seu esforço e se necessário for nos juntarmos mesmo em circunstâncias ideológicas adversas, mas nos juntarmos nessa luta para que a Petrobras volte a investir na Bahia, volte os seus olhos para fazer justiça com a Bahia e com o povo baiano.

Quero agora voltar ao nosso assunto. Nesse final de semana tivemos a oportunidade de visitar a Baía de Todos os Santos e a Costa Litorânea do baixo Sul da Bahia, podemos perceber, meu caro deputado Euclides Fernandes, que nesse momento que se aproxima o verão, a nossa Bahia com esse sol brilhante, mais dourado possível, ela termina sendo beneficiada, contemplada pela sua natureza e começamos a ver a atividade turística efervescer na tão bonita costa baiana. E nesse momento também levado pela crise econômica do país, por mais paradoxal que possa parecer, na medida em que o dólar sobe ele aquece a atividade turística, porque os brasileiros deixam de viajar para o exterior e os estrangeiros terminam vindo para o Brasil já que a sua moeda se torna muito mais forte que a nossa. Portanto, é o momento de aquecimento da atividade turística. Entretanto, não temos visto ações concretas, e falava aqui na semana passada com o Secretário de Turismo do governo do Estado, deputado Nelson Pelegrino, com 10 meses de governo, que até o momento ainda não demonstrou uma ação concreta que venha a trazer benefício para esta atividade tão promissora do nosso Estado que é a atividade turística que consideramos

como uma indústria sem chaminé. Uma atividade que emprega muita gente, traz e cria oportunidade de renda para os trabalhadores, cria oportunidade de novos negócios para os baianos. É preciso chamar a atenção do secretário Nelson Pelegrino para que ele volte seus olhos para os investimentos necessários que a nossa Bahia precisa, nesse momento sobretudo em que se aproxima o verão e que, naturalmente, a Bahia receberá muitos visitantes.

E eu quero, aqui, chamar a atenção para os nossos terminais marítimos. Devemos começar por Mar Grande, ondem embarcam milhares de pessoas por dia como homens, idosos, crianças. E não há um terminal marítimo com segurança. Ali, precisa-se construir um pequeno atracadouro para contribuir e melhorar os serviços de embarque e desembarque das pessoas que, ali, passam.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Meu caro deputado Herzem Gusmão, há o terminal marítimo de Bom Jesus em Valença e o terminal marítimo de Morro de São Paulo e ambos estão, completamente, congestionados, sobretudo nesses momentos de feriadão e nesses momentos em que se aproxima o nosso verão. E é preciso fazer estas melhorias sobretudo por uma questão de segurança.

Meu caro deputado Marcelino Galo, V.Ex^a sabe dessas necessidades, pois tão bem conhece as regiões de Valença, Cairu e, acentuadamente, Morro de São Paulo.

É preciso, de fato, tomar providências para que não venham ocorrer acidentes que terminem por denegrir a imagem da nossa Bahia e a imagem de nosso litoral baiano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre representante de Vitória da Conquista, o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, você que nos acompanha através das galerias e da TV Assembleia, gostaria de fazer um registro, porque o rádio baiano está enlutado.

Faleceu, ontem, em Vitória da Conquista, Vilson Marcílio. Ele começou em 1967 na Rádio Clube e, também, era funcionário público lotado na Secretaria da Segurança Pública. Deixou um grande legado de seriedade e honradez. Ele era filho do saudoso vereador de Vitória da Conquista, um patrimônio da cidade, o velho Misael Marcílio. Conforme o relato do seu filho mais velho, em seu leito de morte e no sofrimento que a doença o impôs, um câncer, Vilson Marcílio disse as suas últimas palavras: “Jesus, Jesus, Jesus!”

Portanto, nós queremos lamentar e transmitir a nota deste falecimento.

Hoje pela manhã, estiveram nesta Casa, mais uma vez, os professores, representando a ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Há 3 semanas, eles não conseguiram, na Comissão de Educação, em função da falta de quórum, a aprovação de uma solicitação de audiência pública na qual eles pretendem

debater, nesta Casa, o orçamento das universidades.

Hoje, com quórum, houve uma ponderação do deputado Rosemberg Pinto e, segundo ele – nós entendemos como correto –, não cabia à Comissão de Educação debater aquele tema e, sim, cabia à Comissão de Orçamento.

Portanto, com o empenho do deputado Eduardo Salles e do próprio Líder do PT, nós fizemos um pleito para, na próxima semana, a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle aprovar este pedido dos professores.

Por iniciativa da Bancada da Oposição, nós apresentaremos emenda ao Orçamento, exatamente, para contemplar o pleito dos professores que pedem 7% de aumento em seus vencimentos. Há, na verdade, uma má vontade do governo que pediu a boa vontade e a compreensão por parte dos servidores.

Nós já relatamos, aqui, que as nossas universidades encerrarão o ano necessitando de R\$ 73 milhões para fechar as suas contas. Só a de Vitória da Conquista, a UESB compreende os campi de Itapetinga e Jequié e precisa, para fechar o mês de dezembro, de R\$ 11 milhões. E o governo pediu compreensão.

O governo, deputado Marcelino Galo, disse não ter os recursos.

No entanto, só este ano, o governo do Estado já repassou para a Arena Fonte Nova nada mais nada menos que R\$ 93 milhões!

Não quero debater o mérito, embora saiba que isso não é prioridade, conforme o próprio Líder do PT que disse ter sido voto vencido quando o governo, à época, aprovou este contrato para a Copa do Mundo.

Mas quero dizer que se há R\$ 93 milhões para a Fonte Nova, precisaria ter R\$ 73 milhões para contemplar as universidades, quais sejam, a de Feira de Santana, a do eixo Ilhéus/Itabuna e a de Vitória da Conquista que compreende duas cidades: Itapetinga e Jequié.

Os deputados fecharam questão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Nesta semana, nós estaremos em Vitória da Conquista. Fiquei muito feliz, porque Conquista está no roteiro de visita, pois visitaremos obras importantes. O aeroporto vai, inclusive, encerrar as atividades no canteiro de obras, agora, no mês de dezembro. Visitaremos, também, a indústria de medicamentos abandonada no Distrito Industrial dos Imborés. Há o Centro de Cultura funcionando só a parte externa. O presídio está pronto e o governo não consegue inaugurar. Há, também, as UPAs tão importantes para a saúde. Tudo isso sem contar com a barragem do rio Caculé.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Meu caro deputado Herzem Gusmão, esta Presidência solidariza-se com V.Ex^a, com a família enlutada do

radialista Vilson Marcílio e com toda a comunidade de Conquista pela perda irreparável deste profissional de grande valor.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS /PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Falarão, Sr. Presidente, neste horário, a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos e o nobre deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da Imprensa, todos os que nos acompanham aqui nas galerias, quero parabenizar os funcionários da Petrobras pela coragem de parar a empresa desde domingo com esta greve. Normalmente, a gente vê o trabalhador fazendo greve para melhorar o seu salário ou as condições de trabalho.

No entanto, esta greve, feita pelos trabalhadores da Petrobras, tem muito o sentido de defesa da empresa assim como disse muito bem o seu ex-funcionário e, hoje, aposentado, o deputado Rosemberg. Faço minhas as palavras do deputado Rosemberg.

Há de se ressaltar que esta, também, é a defesa da nossa soberania. Sabemos o que há por trás de toda essa armação. Inclusive há as denúncias como a tentativa de desmoralizar a empresa para poder privatizar, vender para o mercado, melhor, vender para a iniciativa privada. E o povo brasileiro precisa estar atento a todas essas manobras e com todo este discurso, porque a questão é grave e é séria.

Recentemente, na Carta Capital, vimos uma materiazinha de canto falando de como a Petrobras está lucrando com os seus campos de petróleo do Pré-Sal. E, hoje, existe toda esta tentativa de desmoralizar e de destruir esta empresa para, depois, passar às mãos do mercado privado.

Quero parabenizar os petroleiros!

Quero, também, parabenizar o seu diretor, conselheiro da empresa em nome dos trabalhadores, pela sua postura, pela sua ousadia, pela sua coragem de estar fazendo este debate e esta discussão.

O novo presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, não pode continuar com esta postura de atender ao mercado e de destruir o papel social que esta empresa desenvolveu. Este, aí, é pior que o ministro da Fazenda, o Levi.

Não podemos aceitar que as coisas continuem desta forma.

Então deixo, aqui, registrados a minha solidariedade e o meu apoio aos trabalhadores da Petrobras, principalmente na figura do seu conselheiro de administração da Petrobras, Deyvid Bacelar, que, também, ontem, foi agredido pela nossa polícia e, ao mesmo tempo, parabenizo e me solidarizo com esses trabalhadores.

Deixo, aqui, o meu registro de aplauso pela sua disposição e pela sua coragem. Achei muito importante, também, a fala do deputado Hildécio, pois quero fazer

minhas as suas palavras, uma vez que esta é uma luta suprapartidária. Temos de defender a nossa riqueza! Já chega de entregar tudo o que este País tem para as grandes empresas transnacionais e continuarmos com um País ainda muito desigual.

Mas quero deixar registrado o meu repúdio à Polícia Militar que tratou os trabalhadores da Petrobras da forma que foram tratados na madrugada do domingo, dia 1º de novembro, quando eles iniciaram a greve. Acho inaceitável. Não podemos concordar com isso de jeito nenhum.

O Líder da nossa bancada, deputado Rosemberg Pinto, já conversou com o governador. Nós, também, mandamos mensagem para ele, por e-mail, dizendo ser inaceitável tal conduta.

O comandante da Polícia Militar precisa ter cuidado com este tipo de postura, porque não é esta a polícia que apoiamos, tampouco é esta a postura que esperamos da Polícia Militar da Bahia.

Os trabalhadores da Petrobras estão fazendo a defesa do nosso Brasil e da nossa soberania, portanto, eles precisam ser respeitados. As agressões são coisas do passado e, por conseguinte, não podemos aceitar.

Peço o apoio a esta Casa para repudiarmos este fato agressivo. Vamos exigir de quem fez esta agressão – principalmente ao fotógrafo que estava trabalhando lá e teve seu equipamento destruído –, que haja uma punição rigorosa, para que essas coisas não continuem acontecendo.

Está registrada a minha opinião sobre a questão da greve dos petroleiros.

Mas quero, também, fazer referência à questão que está em toda imprensa sobre a nossa merenda escolar em outro estado. Não tenho dados para acusar nem entender direito o que aconteceu. Espero que o prefeito e as autoridades responsáveis investiguem e saibam o que aconteceu, porque se fosse realmente do nosso lado, já teríamos visto. E se fosse alguém ligado ao PT, fariam escândalos horríveis!

Espero haver punição, porque esta questão é uma coisa grave. Não há justificativa ter em outro estado da Federação material com o carimbo da merenda escolar de Salvador! Acho muito estranho que isso exista. Não gosto de fazer julgamento sem ter provas. Espero que as coisas fiquem bem claras.

Quero registrar a minha satisfação com o que aconteceu no PPA deste ano até 2019, quando a questão das mulheres, melhor, quando a questão de gênero foi colocada como tema estratégico.

Parabenizo o governo e a Casa Civil por esta postura.

Faremos este debate em outro momento.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Fazemos uma retificação. Quando do anúncio do falecimento do radialista, houve uma troca de nomes. Quem faleceu foi o radialista Vilson Marcílio que é, também, irmão do radialista Wailson Marcílio, ambos filho de Misael Marcílio de Vitória da Conquista.

Pelo tempo de 5 minutos, concedo a palavra ao deputado Zó de Juazeiro da Bahia.

O Sr. ZÓ:- Sou representante de Juazeiro, Casa Nova, Pilão Arcado, etc, assim como meus amigos Adolfo Viana, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes e toda turma. Quero registrar o passamento do ex-deputado federal Osvaldo Coelho, por Pernambuco, nosso vizinho. Ele é filho de Juazeiro, mas fez sua vida e sua carreira política no Estado de Pernambuco, cidade de Petrolina.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr. ZÓ:- Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Zó, quero parabenizá-lo pela homenagem que presta ao ex-deputado Osvaldo Coelho, pois é mais do que merecida. Assim como V.Exª, eu, também, reconheço a importância que ele teve para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. Hoje pela manhã, apresentei uma Moção de Pesar pelo falecimento do ex-deputado Osvaldo Coelho.

Parabenizo V.Exª pela iniciativa de dar este abraço aos familiares e aos amigos do ex-deputado Osvaldo Coelho.

O Sr. Fábio Souto:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr. ZÓ:- Concedo o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Quero solidarizar-me com a família do ex-deputado Osvaldo Coelho, pois eu tive o prazer de ser seu colega. Ele era homem digno e com grande espírito público. V.Exª sabe muito bem o que é Petrolina hoje e isso se deve ao empenho e ao trabalho do ex-deputado federal Osvaldo Coelho.

Quero solidarizar-me a V.Exª e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo início deste pronunciamento, pois saúda um deputado tão importante para o Nordeste, que foi o deputado Osvaldo Coelho.

O Sr. ZÓ:- Deputados Fábio Souto e Adolfo Viana, há uma moção de pesar que está chegando aqui. Gostaria de que V.Exªs, subscrevessem esta moção de pesar em nome da Assembleia Legislativa da Bahia ao deputado Osvaldo Coelho. Como V.Exª disse, ele foi importante para Petrolina. Nós somos vizinhos de lá. Eu e o deputado Adolfo Viana sabemos a importância do desenvolvimento daquela região e da participação do deputado Osvaldo Coelho.

Quero mudar de assunto.

Gostaria muito da atenção de V.Exªs. Todos estão com o brochinho azul na lapela falando sobre o câncer de próstata.

Peço a atenção do deputado Herzem Gusmão, pois, também, é radialista. Como sou do sertão, conheço o radialista, lá, Gabriel Menezes que fez um verso de cordel ao falar sobre o câncer de próstata para todo o mundo que tem preconceito. O objetivo é chegar esta mensagem ao interior, principalmente aos cidadãos em torno de 60 a 70 anos, a fim de que eles aceitem fazer o exame de próstata.

Gabriel Menezes traduziu o tema em versos de cordel que recitarei agora.

(Lê):- *“Você que me assiste agora
Me responda camarada,
a pergunta que lhe faço
pode até ser engraçada
mas é seria e de respeito.
Você já viu algum sujeito
morrer de uma dedada?
Dessa forma inusitada
eu chamo a sua atenção.
Vamos lutar contra um Mal
que tem causado aflição
câncer de próstata é o nome
da doença que consome
por falta de prevenção
mude a sua opinião.
Se já passou dos 40
E acha que um simples toque
lá embaixo não aguenta?
Marque logo seu exame,
pois não há nenhum vexame
isso é coisa que se inventa.
Sua chance só aumenta
na hora que o toque é feito.
O exame é sigiloso
prático, rápido e com jeito.
Só o médico é quem vê.
Fica entre ele e você.
Faça valer seu direito
eu não terei preconceito
quando chegar a idade.
Pois saúde vale mais,
do que qualquer vaidade.
Direi sem orgulho ou medo
Seu doutor empurre o dedo
que a vida é prioridade.”*

Estou falando isso em forma de verso de cordel, porque esta é uma forma para se chegar aos rincões onde o preconceito em relação ao câncer de próstata ainda é

forte. A masculinidade e a forma com que o cidadão do sertão é criado, às vezes, o impede de cuidar da sua saúde. O mês passado foi a vez do Outubro Rosa para chamar a atenção da mulher, a fim de que ela previna o câncer de mama. Agora, o Novembro Azul é para cuidar do câncer de próstata no homem.

Digo isso, sempre, à Comissão de Saúde.

Quanto a este verso de cordel, faço uma homenagem a um dos maiores radialistas daquela região, o Gabriel Menezes, que discute sobre este assunto.

Darei uma cópia deste cordel ao meu querido Herzem Gusmão para divulgar na rádio de Vitória da Conquista, a fim de que os homens de lá façam o exame de próstata e deixem o doutor empurrar o dedo, porque a vida é prioridade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em discussão única e votação o projeto de lei nº 21.502/2015...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- (...) de procedência do Poder Executivo...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- (...) que altera a lei nº 11.371 de 04 de fevereiro de 2009.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado

Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, este projeto é importante, pois muda as regras da Bahiafarma. Acho que o tema deste projeto de lei tem de ser debatido numa forma mais contundente nesta Casa. A Oposição, até poucos minutos, tentou colaborar com o projeto. Sentei-me com o Líder do governo, deputado Zé Neto, Sr. Presidente. E levamos algumas sugestões e são sugestões que não mudariam em nada o projeto.

Pelo contrário. A nossa sugestão só traria mais transparência. O objetivo é tirar as dúvidas dos Srs. Parlamentares.

Acredito que se o governo tiver o bom senso e a boa vontade de exercer o diálogo com esta Casa, irá acatar as sugestões feitas pela Oposição, sugestões que foram muito bem estudadas tanto pelo deputado Alan quanto por sua assessoria.

Visto que as coisas não caminharam, peço a V.Ex^a uma verificação de quórum de votação, e que essa verificação seja nominal, Sr. Presidente, para que possamos apelar para a boa vontade do líder Zé Neto no sentido de que acate as sugestões feitas pela Oposição, para esse projeto ficar ajustado e esta Casa possa votar sem problema.

Faço dois apelos. Que o deputado Zé Neto aceite as sugestões da Oposição, e que V.Ex^a proceda a verificação nominal de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- O que a Oposição e o deputado Sandro Régis colocaram para nós, do governo, não é nada impossível. Estamos buscando um formato que não possa criar restrição ou que não dê a intenção.

O deputado Alan queria que houvesse uma formulação exemplificando o que seria alimento. Ele achou que estava muito genérico. Há um esforço dos nossos técnicos, estamos conversando agora com a diretoria da BahiaFarma, tentando essa solução.

No que diz respeito à criação da diretoria, já explicamos que a Anvisa exige que haja uma repartição, para que quem fiscalize não seja quem produza. É um processo mais técnico. Estamos chegando num acordo. Espero que com isso possamos encerrar esse episódio de forma tranquila e positiva.

Peço a V.Ex^a para que dê o tempo regulamentar, a fim de que os deputados se locomovam para o plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Zerem o painel e marquem 15 minutos. Srs. Deputados, marquem as presenças.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Gostaria de informar aos nossos pares, inclusive por

solicitação da presidência da Mesa, que nós estamos comunicando ao deputado Fabrício Falcão e a V.Ex^a que, por conta da CCJ, hoje, em sua reunião ordinária, apreciou 5 projetos de origem dos deputados, os quais poderão ser analisados amanhã. V.Ex^a e o deputado Fabrício Falcão já devem estar de posse do ofício com a comunicação. Foi o deputado Fabrício Falcão quem encaminhou as listas para análise dos projetos de deputados.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Convidamos os colegas parlamentares para que compareçam ao Plenário e marquem suas presenças. Há uma solicitação de verificação de quórum formulada pelo deputado Sandro Régis e o Sr. Presidente convoca todos a se fazerem presentes ao Plenário para marcarem suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de que o deputado Sandro Régis marcasse sua presença.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já temos quórum.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Ele pediu quórum de votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação? Nem comecei o processo de votação!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a colocou em votação o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votação nas comissões?

O Sr. Joseildo Ramos:- No âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Perdoe-me! Pensei que era para continuidade da sessão.

Peço desculpa e colocarei, agora, em votação no âmbito das comissões.

Zere-se o painel e marque-se 15 minutos.

Verificação de quórum do âmbito das comissões.

Comissão de Constituição e Justiça:

Deputado Joseildo Ramos, presente.

Deputado Pablo Barrozo, ausente.

Deputado Euclides Fernandes, presente.

Deputado Luciano Ribeiro, ausente.

Deputado Luiz Augusto, presente.

Deputado Robério Oliveira, presente.

Deputado Zé Raimundo, presente.

Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Saúde e Saneamento:
Deputado Alan Sanches, ausente.
Deputado José de Arimatéia, ausente.
Deputado Alan Castro, ausente.
Deputado Alex da Piatã, presente.
Deputado Augusto Castro, ausente.
Deputada Fabíola Mansur, ausente.
Deputada Maria del Carmen, presente.
Deputado Reinaldo Braga, ausente.
Deputado Herzem Gusmão, ausente.
Deputado Manassés, presente.
Deputado Marcelino Galo, ausente.
Deputado Rogério Andrade, ausente.

Olhem, só há 3 deputados dessa comissão. Vou chamar novamente. São 15 minutos.

Estão faltando marcar a presença os deputados Alan Sanches, José de Arimatéia, Alan Castro, Augusto Castro, Reinaldo Braga, Herzem Gusmão e Fabíola Mansur. O deputado Rogério Andrade marcou a presença. Só há 4, está faltando um na Comissão de Saúde e Saneamento só tem quatro deputados: Alex da Piatã, Maria del Carmen, Manassés e Rogério. Está faltando um. Ou o deputado Alan Sanches, José de Arimatéia, Alan Castro, Augusto Castro, Fabíola Mansur, Reinaldo Braga, Herzem Gusmão, Marcelino Galo. Deputado Alan Sanches está presente. Há quórum.

Próxima comissão.

Comissão de Infraestrutura: deputados Hildécio Meireles, Ângela Souza, Bobô. Suplentes: deputados Augusto Castro, Reinaldo Braga, Robério Oliveira. Cinco deputados presentes.

Comissão de Educação: Deputados Eduardo Sales, Herzem Gusmão, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Saldado Prisco; Vando.

Suplentes: Deputados Davi Rios, Marcelino Galo e Sandro Régis.

Cinco deputados presentes.

Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle: Deputados Alex Lima, Hildécio Meireles, Bobô, Herzem Gusmão, Paulo Rangel, Sidelvan Nóbrega, Zé Raimundo, Nelson Leal.

Suplentes: deputada Fátima Nunes.

Cinco deputados presentes.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como V.Ex^a colaborou com o quórum, concedo a questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero encaminhar a nossa Bancada, os

deputados que fazem parte da Comissão, a votar contra o projeto. Nós fizemos algumas sugestões ao Líder, deputado Zé Neto, e as sugestões não foram acatadas. Sendo assim, a nossa sugestão é que a nossa Bancada vote contra o projeto.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado contra os votos dos deputados de oposição que estão presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui mais uma vez, nesta segunda oportunidade, nesta tarde, para falar e encaminhar especificamente a votação desse projeto. Como se não bastassem, volto a repeti, as razões aqui trazidas, pelo voto em separado do nobre deputado Alan, que com cuidado, com zelo e responsabilidade demonstrou de forma eficaz a desnecessidade de se criar mais um cargo.

Quero chamar atenção de que nós deputados e principalmente o Sr. Exmº. Governador do Estado podemos estar cometendo o crime de improbidade administrativa, porque todos nós sabemos, o Secretário da Fazenda do Estado esteve aqui em audiência pública, os jornais retratam, os técnicos do TCE já demonstraram que o Estado já atingiu o limite prudencial com gastos com pessoal.

O artigo nº 22, da Lei de Responsabilidade Fiscal veda a criação de cargos e aumento de despesas com pessoal quando se atinge o limite prudencial. Portanto, está na lei é clara.

Quero encaminhar a nossa Bancada que vote contra por essa razão. Penso que seria coerente e de bom tom ao Governador retirar esta parte do projeto em que se criam cargos, porque está aqui cometendo a improbidade administrativa de criar cargos quando já atingiu o limite prudencial com gasto de pessoal.

Esta é a minha colocação, estas são as minhas razões para o encaminhamento à Bancada de oposição no sentido de que possamos votar contra este projeto, para não sermos responsabilizados também por esta votação, pela criação de cargos quando já é impeditivo legal.

Por isso quero encaminhar a Bancada de Oposição à votação contrária e pedir que esses votos fiquem registrados nominalmente, resguardando aqueles que votarem contra, para que o crime de responsabilidade fiscal não seja cometido aqui neste Parlamento, por nós que votarmos a favor desse projeto.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar deputado Alan Sanches por 10 minutos, porque pediu vistas do processo e tem direito a fazer a vista. Farei esta deferência.

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Exª como sempre, Sr. Presidente, muito correto e

sábio em suas decisões. Mas percebo hoje, nesta Casa, deputados e deputadas, que não há oposição. Não estamos aqui para obstruir por obstruir, por ser oposição. Queremos, quando chega aqui um projeto, fazer o posicionamento e ajudar a melhorar o entendimento do projeto.

Estive agora com o secretário Fábio Vilas-Boas, bem como com o Presidente da Bahiafarma, Sr. Ronaldo. Após alguns entendimentos, chegamos aqui à conclusão do que eu chamava, inclusive, na própria redação de um projeto, quando temos um projeto de lei o que vai valer é a letra fria de um papel, o que está escrito e não o entendimento de A, B ou C. Eu jamais ia precisar, ou qualquer um de nós, que alguém venha fazer um entendimento e a interpretação do projeto. Então a partir desse momento conseguimos que especificassem, que fizessem uma redação mais descritiva e, no que se relaciona aos alimentos, serão relacionados ao Sistema Único de Saúde ou de uma demanda expressiva feita pela Secretaria do Estado. A parte de Cosméticos, cosméticos não se pode entender batom, não se pode entender produtos de estética, mas, sim, que sejam relacionados à saúde do cidadão ou ao Sistema Único de Saúde, bem como à demanda: protetor solar, protetor labial, alguma coisa relacionada a isso.

No meu voto em separado eu questiono que, num momento em que o Estado da Bahia, dito pelo próprio secretário da Fazenda, atinge o limite prudencial, ou seja, o limite em que não se pode gastar mais, o Estado resolva criar mais um cargo. Além disso, com certeza, vai criar secretaria, e terá que haver uma secretária, um boy, um assistente, porque ninguém vai ser secretário de si mesmo.

A partir disso, fizemos esse questionamento: já que se cria esse cargo, mas não se quer a despesa – cria-se o cargo porque a Anvisa exige, para que a Bahiafarma possa produzir determinados produtos, uma Diretoria de Qualidade –, então, por que não colocar um funcionário do quadro, um expert da Sesab, um funcionário público? Assim, valoriza-se o servidor e não se cria despesa.

Precisava-se criar a Diretoria de Qualidade, pois seria um pré-requisito para a produção de determinados produtos pela Bahiafarma, ótimo. Vamos criar a diretoria, mas por que não vincular a Diretoria de Qualidade, –já que é um pré-requisito da Anvisa – a servidores efetivos do quadro do Estado? Porque existem diversos, e muitos, inclusive, estão emprestados a alguns órgãos. Fica o questionamento.

Mas deixo também, aqui, como já falei anteriormente, o meu posicionamento em relação ao Conselho remunerado. Mais uma vez, quando estamos no limite prudencial, no limite de gastos, poder-se-ia diminuir o número de conselheiros, de participantes desse Conselho, de nove para sete, para cinco. Isso depende. A partir do momento em que não precisará mais ser indicado por alguma secretaria, será indicação do próprio governador, que pudesse haver uma diminuição. Percebo que o governo do Estado não está preocupado com a diminuição dos gastos, mas fazer com que esse projeto de lei se transforme em lei.

Fiz aqui, durante esta tarde, algumas considerações. Pedi que V.Ex^{as} refletissem, mas votarei, com minha consciência, contrariamente ao projeto, e espero

ter contribuído de alguma forma com o nosso pronunciamento.

E deixo um aviso à Casa: preparem-se, pois já está correndo nas comissões um projeto do Executivo com relação à criação e modificação dos REDAs. Será uma batalha travada aqui, porque essa Casa não pode aceitar mais criação de cargos, mais penduricalhos, mais cargos para servir a quem quer que seja.

Quero agradecer pela oportunidade, Sr. Presidente, de poder estar encaminhando, até por mais tempo, mas não vou necessitar. Sei quando se deve calar, e este é o momento. Só peço que reflitam e votem com a consciência de V.Ex^{as}.

Fiz as contribuições que achei pertinentes e necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento.

O Sr. Luiz Augusto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Eu quero homenagear um grande deputado, que foi oito vezes deputado federal, quatro vezes deputado estadual, Oswaldo Coelho, que faleceu na noite de domingo.

Ele foi uma das pessoas que mais defendeu o Sertão, que mais lutou pela questão da água no Nordeste, que mais lutou na questão da água em relação à irrigação.

Era uma pessoa sonhadora, tanto ele como o seu irmão, Nilo Coelho, que foi governador de Pernambuco e conseguiu levar a irrigação para Petrolina e, conseqüentemente, depois para o nosso Estado da Bahia, na região de Juazeiro.

Gostaria de prestar essa homenagem em reconhecimento ao grande homem público que ajudou não somente a Pernambuco, não somente à Bahia, mas a todo o Nordeste em relação à questão da seca, da falta de água.

Quero deixar isso registrado nos Anais da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Ex^a.

Gostaria de me associar à sua fala, em nome de todos os deputados, com relação ao falecimento do saudoso Osvaldo Coelho. Um homem que fazia política em Petrolina, mas que tratava do Semiárido, do rio São Francisco, sempre procurando levar condições às pessoas menos favorecidas daquela região.

Peço que todos os deputados assinem a Moção feita pelo deputado Zó, para que possamos prestar essa homenagem ao saudoso Osvaldo Coelho.

Fica o registro de V.Ex^a, deputado Luiz Augusto.

Em votação.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero dizer que chegamos a um denominador comum com a Oposição.

O deputado Alan acrescentou ao projeto uma formatação que dá mais clareza. Houve esforço tanto da Oposição quanto nosso a fim de encontrarmos um eixo, um importante acerto para o governo e a Oposição. Isso dá, mais uma vez, demonstração de maturidade.

Queremos agradecer pela compreensão. Agora, podemos chegar a um acordo em torno do projeto que será votado agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, deputado, mas já foi votado na Comissão.

O Sr. Zé Neto:- Foi acordo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se foi por acordo, o relator terá que ser consultado.

O Sr. Zé Neto:- Será possível fazermos essa pequena mudança? Não votamos ainda. Já fizemos isso uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não sou contra. Se V.Ex^a concordar e o deputado Sandro Régis e o relator concordarem, para mim está certo.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, estava conversando com o deputado Alan.

O deputado Alan encaminhou três sugestões, mas a mais importante não foi aceita, que era a questão da criação de uma nova diretoria. Sendo assim, penso que o deputado Zé Neto não compreendeu o que o deputado Alan falou.

O que o deputado Alan quis dizer foi que, das três sugestões, estamos lutando é pela não criação de uma nova diretoria. Essa não foi acatada. Sendo assim, a Oposição continuará votando contrariamente.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não estou entendendo nada! Deputado Zé Neto!

Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, fiz um acordo com o deputado José Neto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Suspenderei a sessão por 5 minutos para que os deputados do governo e da Oposição e o relator tragam uma sugestão.

Antes, porém, gostaria de propor a prorrogação da sessão pelo tempo de 2 horas. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Suspendo a sessão por até 5 minutos.

(Pausa na sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A sessão está suspensa por mais 5 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Com a palavra o relator, deputado Alex Lima, para fazer as modificações, conforme acordo das lideranças.

O Sr. ALEX LIMA:- (Lê):- “*ADITAMENTO AO PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Infraestrutura, Desenvolvimento, Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.502/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009. O presente Aditamento, fruto de Acordo entre as Lideranças da Maioria e Minoria, destina-se a introduzir no projeto uma Emenda de Relator, anexa a este.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2015.

Deputado Alex Lima

Relator.

EMENDA DE RELATOR AO PL Nº 21.502/2015

BAHIAFARMA

Emenda de Relator nº 01: Acrescente-se o § 3º ao art. 2º do Projeto de Lei nº 21.502/2015, com a seguinte redação:

'Art.2º -

§ 3º - Para fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por:

I - alimentos: substâncias constituintes dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas, bem como produtos tecnicamente elaborados para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais;

II - cosméticos: produtos para uso externo, destinados à proteção e tratamento das diferentes partes do corpo.

JUSTIFICATIVA: A presente emenda de Relator pretende acrescentar um § 3º ao art. 2º do Projeto de Lei nº 21.502/2015, com o objetivo de definir, de acordo com a finalidade da BAHIAFARMA, os cosméticos e alimentos a serem produzidos.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2015.

Deputado Alex Lima Relator.”

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches. O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer ao nobre

colega relator, deputado Alex Lima, por fazer parte desse acordo da Oposição. Agradeço também ao deputado Zé Neto por conseguir construir esse consenso, como sempre tem feito na relação nesta Casa, há 5 anos que convivo aqui. O deputado Zé Neto está de parabéns pela construção desse projeto, porque a nossa intenção, enquanto médico, enquanto deputado – estou há 11 anos no Parlamento; 6 na Câmara Municipal de Salvador –, Sr. Presidente, foi justamente poder de alguma forma colaborar e discriminar o que achava que tinha de incongruência na redação final desse projeto.

Também tenho certeza que a minha Bancada apoiou nessa construção. Quero agradecer ao Líder Sandro Régis, que foi extremamente consensual, bem como os deputados Zé Neto e Alex Lima.

Não tendo mais nada a acrescentar. Agradeço pela contribuição que fizemos e vou encaminhar o nosso voto contrário da Bancada; vou solicitar o voto contrário, que é o voto em separado que demos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou colocar novamente em votação o relatório do nobre deputado Alex Lima, com o acréscimo do acordo de Lideranças. Só pode por acordo de Lideranças. Como os Líderes concordaram, vamos colocar novamente no âmbito das Comissões. Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes...

O deputado Alan Sanches vota contra ou a favor? Não estou entendendo nada!

O Sr. Alan Sanches:- Presidente, só para esclarecer. A construção do acordo foi para que votássemos a favor do projeto a partir do momento....

(Muitos deputados falam ao mesmo tempo no Plenário.)

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a pode garantir a minha palavra?

A deputada estava falando ali e eu não estava conseguindo compreender V.Ex^a. Só o seguinte, Sr. Presidente, quando sentamos para fazer o acordo, foi para que todos da Oposição não fizessem obstrução. Mas isso não quer dizer que estamos de acordo com o projeto. Conseguimos melhorar esse projeto, mas não houve acordo para que votássemos a favor dele. Fizemos seis sugestões e apenas uma foi acatada. Então o voto será contrário, mas sem obstrução da Oposição.

Essa foi a construção do acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Entendi o pronunciamento de V.Ex^a.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes nas respectivas comissões.

No Plenário. Em votação o projeto de Lei nº 21.502/2015, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes: Sandro Régis, Pedro Tavares, Luciano Ribeiro, Fábio Souto, Adolfo Viana, Leur Lomanto, Tom, Luciano

Simões Filho, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Alan Sanches, Sidelvan Nóbrega, Pablo Barrozo e David Rios.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.502/2015

Altera a Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, nos termos do inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 29, de 21 de dezembro de 2007, e da Lei Federal nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, fundação estatal, com personalidade jurídica de direito privado, denominada Fundação Baiana de Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos - BAHIAFARMA, com patrimônio e receitas próprios, com autonomias gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, ficando sujeita ao regime jurídico de direito privado das fundações públicas sem fins lucrativos, observadas as regras desta Lei.

.....”

“**Art. 2º** - A BAHIAFARMA terá por finalidade a realização de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação no campo farmacêutico e da saúde, a produção e comercialização de medicamentos, alimentos e seus derivados, cosméticos, equipamentos, insumos e produtos para a saúde e fornecimento e distribuição de medicamentos essenciais e outros produtos de interesse social, para órgãos e entidades que integram o Sistema Único de Saúde - SUS e outros de interesse público.

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - (Revogado).

.....”

“**Art. 5º** - A constituição da BAHIAFARMA será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, se efetivará com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede e, para os efeitos notariais e outros, se regerá por seu Estatuto Social, aprovado na reunião de sua instituição.”

“Art. 7º -

I - as rendas oriundas do desenvolvimento das ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação no campo farmacêutico e da saúde, fornecimento e distribuição de medicamentos, alimentos e seus derivados, cosméticos, equipamentos, insumos e produtos para a saúde, no âmbito de suas finalidades legais e estatutárias;

.....

§ 2º - As ações consideradas como de acesso universal e gratuito serão desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS mediante celebração de contrato de gestão e termos de compromisso entre os entes federativos, conforme previsto nesta Lei e na legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde - SUS.”

“Art. 9º - O Conselho Curador, órgão superior de direção, será presidido pelo Secretário da Saúde, e composto por 09 (nove) membros titulares e suplentes, nomeados pelo Governador, assegurada a participação do Conselho Estadual de Saúde.”

I - (Revogado).

II - (Revogado).

III - (Revogado).

IV - (Revogado).

V - (Revogado).

VI - (Revogado).

VII - (Revogado).

VIII - (Revogado).

IX - (Revogado).

§ 1º - (Revogado).

§ 2º - Com exceção do Secretário da Saúde, membro nato do Conselho Curador, todos os demais, titulares e suplentes, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º - Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho empossará o suplente e solicitará a substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º - É permitida a participação da Diretoria Executiva da BAHIAFARMA nas reuniões do Conselho Curador, com direito a palavra, mas sem direito a voto.

§ 5º - O exercício da função de membro do Conselho Curador será remunerado, conforme dispuser o Estatuto.”

“Art. 10 - A Diretoria Executiva, órgão responsável pela gestão da BAHIAFARMA e subordinada ao Conselho Curador, é constituída por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, sendo:

I - 01 (um) Diretor-Presidente;

.....
§ 1º - A Diretoria Executiva será nomeada pelo Governador do Estado da Bahia, devendo seus membros possuir notório saber técnico para o exercício dos respectivos cargos.

§ 2º - O Diretor-Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Diretor Administrativo e Financeiro e, na ausência deste, pelo Diretor de Operações.

§ 3º - O Diretor-Presidente representará a BAHIAFARMA em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se for o caso, a subdelegação.”

“Art. 13 -

.....
§ 3º - Qualquer membro do Conselho Fiscal, do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, nos casos em que houver indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no contrato de gestão ou de insuficiência de desempenho da entidade, deverá levar o assunto à consideração do Conselho Curador para adoção ou indicação das medidas administrativas cabíveis nos termos desta Lei e do Estatuto da BAHIAFARMA, além das previstas no próprio contrato.”

“Art. 14 -

.....
Parágrafo único - Exime-se de responsabilidade o dirigente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva ou, não sendo possível, dela dê ciência à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.”

“Art. 15 - Para aquisição de bens e serviços, a BAHIAFARMA se submeterá às disposições da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podendo elaborar regulamento especial, observados os princípios que regem a Administração Pública.

.....”

“Art. 17 -

I - os critérios para o desenvolvimento tecnológico, produção de pesquisa científica e distribuição e fornecimento dos medicamentos, alimentos e seus derivados, cosméticos, equipamentos, insumos e produtos para a saúde;

.....”

“Art. 21 - (Revogado).”

“Art. 22 - Caberá à Fundação promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios sobre a execução dos contratos de gestão, contemplando os demonstrativos orçamentário e financeiro, bem como os pareceres da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato de gestão.”

“**Art. 24** - O órgão competente da Secretaria da Saúde, responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do contrato de gestão emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela BAHIAFARMA na execução do contrato de gestão, bem como sobre a eficiência e economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades, e o encaminhará ao Secretário da Saúde e ao Conselho Curador da BAHIAFARMA, até o último dia do mês subsequente ao encerramento do ano do exercício financeiro.

§ 1º - Caso as metas pactuadas no contrato de gestão não sejam cumpridas, o Secretário da Saúde deverá, conforme o caso, decidir as medidas de saneamento necessárias e a repactuação dos valores financeiros pertinentes às metas do próximo exercício.

§ 2º - Após a manifestação da Secretaria da Saúde, será elaborada consolidação dos respectivos relatórios técnicos de que trata este artigo.

§ 3º - (Revogado).”

Art. 2º - A Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“**Art. 1º** -

.....

§ 3º - A BAHIAFARMA integra o Sistema Único de Saúde - SUS, devendo observar todos os seus princípios e diretrizes e se submeter à fiscalização e acompanhamento da Secretaria da Saúde - SESAB.

§ 4º - É vedado à BAHIAFARMA desenvolver atividades que exijam o exercício do poder de polícia do Estado.”

“**Art. 2º** -

.....

§ 3º - Para fins do dispositivo no *caput* deste artigo, entende-se por:

I - alimentos: substâncias constituintes dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas, bem como produtos tecnicamente elaborados para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais;

II - cosméticos: produtos para uso externo, destinados à proteção e tratamento das diferentes partes do corpo.”

“**Art. 9º** -

.....

§ 6º - Os membros do Conselho Curador respondem pelos danos resultantes de omissão do cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo ou com violação do Estatuto.”

“**Art. 10** -

.....

V - 01 (um) Diretor de Qualidade.

.....”

“**Art. 11-A** - Os membros dos órgãos previstos no *caput* do art. 8º desta Lei, no ato da sua posse, deverão assinar Termo de Declaração de inexistência de conflito de interesses em relação às funções para os quais foram nomeados, sujeitando-se às implicações e sanções de cunho civil e criminal cabíveis.”

Art. 3º - Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 2º, os incisos I a IX e o § 1º do art. 9º, o art. 21 e o § 3º do art. 24, todos da Lei nº 11.371, de 04 de fevereiro de 2009.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2015

Deputado Alex Lima

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto aprovado por maioria.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, para registrar e agradecer a presença do Sr. Secretário da Saúde do Estado, Dr. Fábio Vilas-Boas, que está nos visitando e veio acompanhar de perto. Ele tem desempenhado um excelente trabalho à frente dessa secretaria e nos orgulha com a sua presença na tarde de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Ex^a.

Próximo projeto, PPA.

Em votação. Falta o Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.474/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “*Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016/2019.*”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos fazer a leitura:

(Lê):- “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.474/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016/2019'.*”

Apresenta, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 21.474/2015, instituindo o Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia – PPA 2016-2019. A proposição foi

encaminhada a esta Casa obedecendo ao prazo constitucional, na forma do inciso I do art. 32 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

O Plano Plurianual, mais que uma obrigação constitucional, é peça fundamental de planejamento a médio prazo, para dispêndios de investimentos pertinentes aos programas de duração continuada, estabelecendo de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração para o próximo quadriênio, como previsto na Constituição Federal de 1988.

Com uma previsão de crescimento do PIB baiano em torno dos 3% ao ano no período compreendido entre 2016-2019, segundo estimativa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI, projeta-se, contudo, para 2016, uma taxa inferior, da ordem de 1,9%, refletindo "principalmente as dificuldades da indústria baiana, fortemente concentrada nos setores de refino de petróleo, produtos químicos e veículos, que têm baixas perspectivas de investimentos entre 2015 e 2016", conforme registra o Anexo Único do projeto, o qual indica ainda que "o setor de refino de petróleo atravessa um período difícil com a redução do preço do produto no mercado internacional, inclusive com perspectiva de preços baixos para os próximos anos.

O fraco desempenho do mercado de trabalho contribuiu para a queda do rendimento médio real, impactando o consumo das famílias baianas. Tal desempenho tende a se refletir no volume de vendas do comércio varejista. No âmbito do comércio exterior, de acordo com a SEI, a Bahia acumula um déficit de US\$ 1,03 bilhão em sua balança comercial, como resultado dos saldos negativos acumulados nos cinco primeiros meses de 2015. Entre os fatores que contribuíram para este desempenho do comércio exterior, ressaltam-se a queda do preço das commodities (bens agrícolas e minerais com cotação internacional), além do recuo na venda de produtos manufaturados, em decorrência da desaceleração econômica de grandes consumidores, como a Argentina."

Vamos passar a ler a emenda nº 58, do art. 7º do Projeto de Lei nº 21.474/2015, que passa a ter a seguinte redação:

(Lê):- "Art. 7º - A gestão do PPA, 2016-2019, consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, diretrizes e objetivos, buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos e da implementação das políticas públicas.

§ 1º - A gestão do PPA 2016-2019 observará, entre outros previstos em lei, aos princípios da transparência, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

§ 2º - A gestão do PPA 2016-2019, a ser regulamentada no âmbito do Poder Executivo, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta Lei, deverá assegurar, além dos princípios previstos nesta Lei:

I - a efetivação de ciclos anuais de planejamento que permitam implementar as melhorias necessárias identificadas nos processos de monitoramento e avaliação;

II - o compartilhamento de responsabilidades, conforme compromissos

formulados.

§ 3º - O modelo de gestão de que trata o caput deste artigo subsidiará a formulação das Diretrizes Estratégicas e o aperfeiçoamento dos programas na elaboração do novo Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023.

Justificativa: A alteração proposta tem por objetivo incorporar no texto do projeto o amparo constitucional dos princípios da transparência, impessoalidade, economicidade e eficiência, normas gerais da Administração Pública, contidas nas normas constitucionais federal e estadual. Emenda de Relator nº 59.

Acrescente-se o art. 9º ao Projeto de Lei nº 21.474/2015, com a redação seguinte, renumerando os originais arts. 9º e 10 para 10 e 11:

'Art. 9º - Com vistas a viabilizar o alcance dos objetivos constantes do PPA 2016-2019, as atividades de monitoramento e avaliação deste Plano visam aprimorar as práticas da gestão orientada para resultados, propor o uso racional e qualitativo dos recursos e conferir maior efetividade às políticas públicas.

Parágrafo único - O Poder Executivo manterá atualizado sistema integrado de informações para apoio à gestão do Plano, que abrangerá a execução financeira dos programas, o alcance das metas e subsidiará o monitoramento e a avaliação dos programas de governo.'

Justificativa: A alteração proposta tem por objetivo consolidar orientação principiológica que deverá nortear a implementação, o monitoramento e a avaliação do PPA 2016-2019, qual seja a gestão por resultados.

Ante todo o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas emendas de Relator, as quais incorporam também as emendas parcialmente acatadas.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2015."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, na forma do art. 81 do intocável Regimento Interno desta Casa, quero pedir vista do presente parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Excelência, eu passei aqui 4 anos para aprender a pedir vista, e V.Exª, em 10 meses, já sabe os artigos... Parabéns, tem avançado muito nesta Casa.

Concedo vista a V.Exª pelo tempo de, no máximo, 72 horas.

Tendo em vista que não há mais nenhum projeto na Ordem do Dia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.